



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 008/2014/SEMA/MT

PROCESSO N.º 55936/2014/SEMA

PREGÃO PRESENCIAL N.º 008/2014/SEMA

TIPO MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE

DATA: 31/07/2014 – HORÁRIO 14h30min

LOCAL: Sala de Pregões (N.º 03) da Central de Licitações da Secretaria de Estado de Administração, localizada na Superintendência de Aquisições Governamentais, situada à Transversal I, Palácio Paiaguás, Centro Político Administrativo, Cuiabá - Mato Grosso.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT DE 18.000 E 60.000 BTU'S, devendo ser observadas as especificações e quantidades, discriminadas no Anexo I – Formulário Padrão de Proposta, que faz parte integrante deste Edital.

ÍNDICE

ITEM	TÓPICO	PÁGINA
1	PREAMBULO	02
2	SUPORTE	02
3	DO OBJETO	02
4	DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO	03
5	DO ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL	04
6	DO CREDENCIAMENTO	05
7	DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	07
8	DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DE ENVELOPES	08
9	PROPOSTA DE PREÇOS	10
10	DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS	11
11	DA HABILITAÇÃO	13
12	DOS RECURSOS	20
13	DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO	21
14	DO CONTRATO	21
15	DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	22
16	DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE	24
17	DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DO PAGAMENTO	25
18	DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	27
19	DA RESCISÃO	28
20	DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	28
21	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	29

ANEXOS

ANEXO I	Formulário Padrão de Proposta	32
ANEXO II	Carta de Credenciamento.	36
ANEXO III	Modelo de Declaração dando ciência que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.	37
ANEXO IV	Modelo da Declaração de:	38
ANEXO V	Declaração de Microempresa – ME e Empresa de Pequeno Porte –EPP.	39
ANEXO VI	Declaração Negativa de Inidoneidade para licitar com o poder público.	40
ANEXO VII	Termo de Referência n.º. 05/2014 elaborado pelo setor demandante	41
ANEXO VIII	Minuta de contrato	48



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 008/2014/SEMA/MT

PROCESSO N.º 55936/2014

1. PREÂMBULO

O ESTADO DE MATO GROSSO, através da SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA, neste ato representado por sua PREGOEIRA, nomeada pelo Ato n.º 18.870/2014, de 26/02/2014, publicada no D.O.E. em 26/02/2014, bem como designado pela Portaria n.º 002/2014/ SEMA, publicada no D.O.E. do dia 13 de março de 2014, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE**, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, em conformidade com as Leis Federais n.º 10.520/02 e n.º 8.666/93, c/c a Lei Estadual n.º 7.696/02 e com os Decretos Estaduais n.º 7.217/06 e n.º 7.218/06.

1.1. O Credenciamento que possibilita o direito de manifestação das empresas participantes será **realizado das 14h00min as 14h30min do dia 31 de julho de 2014**, sendo a sessão aberta neste mesmo dia às **14h30min**, na qual serão entregues os envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação definidos no objeto deste Edital e seus Anexos.

1.2. O local de credenciamento e abertura da sessão pública será na **Sala de Pregão n.º 03**, Superintendência de Aquisições Governamentais – SAD, situada na Avenida Transversal 01, Bloco C 03, Palácio Paiaguás, Centro Político Administrativo - CPA, Cuiabá – MT.

2. DO SUPORTE LEGAL

2.1. O procedimento licitatório que dele resultar obedecerá, integralmente, o que rege a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Federal n.º 3.555 de 08 de agosto de 2000, Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Estadual n.º 7.696 de 01 de julho de 2002, Decreto Estadual n.º 7.217 de 14 de março de 2006 e suas alterações, Decreto Estadual n.º 8.199 de 16 de outubro de 2006, Decreto Estadual n.º 8.426 de 18 de dezembro 2006, Decreto Estadual n.º 635 de 6 de agosto de 2007 e, subsidiariamente, a Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais normas pertinentes ao procedimento licitatório e objeto licitado, bem como a Lei Complementar Estadual n.º 264 de 28/12/2006, (Consolidada até a Lei Complementar n.º 506 de 11 de setembro de 2013), Decreto Estadual n.º 635 de 16 de agosto de 2007 e o Decreto Estadual n.º 2.067 de 27 de dezembro de 2013, que dispõe sobre estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ.

3. DO OBJETO

3.1 A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT DE 18.000E 60.000 BTU'S**, devendo ser observadas as



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

especificações e quantidades, discriminadas no **Anexo I** – Formulário Padrão de Proposta, que faz parte integrante deste Edital.

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão, somente os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos, que sejam legalmente constituídos, **sendo vedada a participação de empresas cuja atividade não seja compatível com o objeto licitado, sendo que será analisada esta compatibilidade durante o credenciamento.**

4.2. Poderão participar desta licitação as empresas cujas inscrições no Cadastro de Fornecedores do Estado, estejam em plena validade, situações substitutivas das documentações exigidas, conforme dispõe o Decreto Estadual nº 7.218/06.

4.2.1. Para as pessoas jurídicas não inscritas fica assegurado o direito de apresentarem a Documentação (habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômica – financeiro e regularidade fiscal) prevista na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, para confirmar a sua habilitação.

4.2.2. Em Sessão Pública, a regularidade das empresas inscritas no Cadastro de Fornecedores do Estado a confirmação dar-se-á através do portal eletrônico da SAD/MT ou através da apresentação de documento equivalente que confirme a regularidade do cadastro.

4.2.3. Para participação do **PREGÃO**, as licitantes que não estiverem cadastradas no Cadastro de Fornecedores e que quiserem se cadastrar deverão providenciar o seu Cadastramento, no prazo mínimo de 03 (três) dias úteis antes da data designada para o recebimento das propostas.

4.2.4. **As empresas que já estiverem cadastradas no Cadastro de Fornecedores do Estado de Mato Grosso deverão providenciar a revalidação/atualização** de documentos inerentes à documentação obrigatória, também **no prazo mínimo de 03 (três) dias úteis antes da data designada para o recebimento da proposta** junto a sua Unidade Cadastradora ou apresentar a documentação atualizada e regularizada na própria sessão do Pregão.

4.2.5. Recomenda-se que os representantes legais dos licitantes estejam presentes na data, hora e local da abertura da licitação;

4.2.6. A empresa interessada em participar poderá apenas enviar sua proposta ou encaminhar a mesma mediante o seu representante legal;

4.2.7. Qualquer manifestação em relação a presente licitação fica condicionada ao prévio credenciamento.

4.2.8. Os licitantes participantes arcarão com todos os custos decorrentes da sua participação no

4.3. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

4.3.1. Em estado de falência, de concurso de credores, de dissolução ou liquidação.

4.3.2. Empresas que tenham sido declaradas inidôneas por órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas: Federal, Estadual ou Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou punidas com suspensão, desde que a punição alcance esta Administração. Em ambos os casos, o ato deverá ter sido publicado na Imprensa Oficial ou registrada no Cadastro Estadual de Empresas Inidôneas ou Suspensas - CEIS/MT, conforme Lei Estadual nº 9312/2010;

4.3.3. Que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição.

4.3.4. Estrangeiras que não tenham sede no País.

4.3.5. Que mantenham em seu quadro de empregados, servidor público de qualquer órgão ou entidade vinculada a essa Secretaria, bem como à empresa da qual o servidor seja gerente, administrador, sócio, dirigente ou responsável técnico.

4.3.6. Cooperativas, considerando a vedação contida no Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União, de 05 de junho de 2003, e a proibição do artigo 4º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008;

4.4. Sob pena de desclassificação, os interessados a participar do presente pregão deverão trazer cópia da documentação, acompanhada do original, para autenticação em sessão **OU** fotocópia da mesma autenticada por cartório.

4.4.1. . Só serão aceitas cópias legíveis.

5. DO ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

5.1. Decairá do direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a realização do pregão, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entendem viciarem o mesmo.

5.1.1. As petições deverão ser protocolizadas no sistema de protocolo ou por correios, via Sedex, devidamente instruídas (razão social, endereço, telefone para contato e ainda, número do processo e do Pregão ao qual se referem), endereçada a Comissão de licitação, modalidade pregão, da SEMA, sendo que as petição deverão ser recebidas nesta secretaria até o prazo constante no item 4.1.

5.1.2. Não serão aceitas petições (pedido de esclarecimento e impugnação) encaminhadas por e-mail ou fax.

5.2. Os esclarecimentos serão disponibilizados no sítio da Internet da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (www.sema.mt.gov.br no link “licitações”) e da Secretaria de Estado de



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

Administração (www.sad.mt.gov.br no link “Portal de Aquisições”) e passarão a integrar o presente Edital;

5.3.. Serão divulgadas pela internet nos sítios mencionados no item acima, todas as informações que o Pregoeiro julgar importantes, razão pela qual os licitantes interessados deverão consultá-los freqüentemente;

5.4. As dúvidas a serem dirimidas por telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informal;

5.5. Caberá ao Pregoeiro decidir até o dia anterior à data de abertura da sessão de licitação, nos termos do art. 32, §1º do Decreto Estadual 7.217/2006.

5.6. Acolhida a petição de impugnação contra o ato convocatório, serão corrigidos os vícios e uma nova data será designada pela Administração, para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação de propostas.

5.7. A ocorrência de impugnação de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e legislação vigente.

5.8. Quem impedir, perturbar ou fraudar, assegurado o contraditório e a ampla defesa, a realização de qualquer ato do procedimento licitatório, incorrerá em pena de detenção, de 2 (dois) a 3 (três) anos, e multa, nos termos do artigo 93 da Lei 8666/93.

6. DO CREDENCIAMENTO

6.1. Os licitantes interessados em participar do certame deverão comparecer no local indicado neste Edital 30 (trinta) minutos antes do horário de abertura da sessão, para efetuarem o credenciamento.

6.2. Os documentos referentes ao credenciamento deverão ser entregues ao Pregoeiro FORA DOS ENVELOPES DE PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

6.2.1. Na ocorrência dos documentos relativos ao credenciamento constarem no Envelope “B”, o pregoeiro poderá devolver o envelope de habilitação lacrado ao licitante para que o mesmo retire de dentro os respectivos documentos, procedendo a novo lacramento.

6.3. Todos os documentos relacionados abaixo deverão ser entregues independente dos Licitantes serem cadastrados no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Mato Grosso (CGF);

6.4. Os proponentes interessados deverão indicar um representante para ser credenciado pelo Pregoeiro, devidamente munido de documento que o autoriza a participar deste Pregão e que possa, plenamente, responder pela empresa representada;



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

6.5. No início da sessão, cada empresa licitante poderá credenciar apenas um representante, o qual deverá identificar-se junto ao Pregoeiro, **exibindo:**

6.5.1. a respectiva cópia da cédula de identidade autenticada em cartório ou cópia desta (ou documento equivalente) com a original para autenticação da equipe de licitação;

6.5.2. Declaração de que cumpre plenamente as exigências quanto à habilitação, conforme Anexo III.

6.5.3. A empresa deverá apresentar no ato de credenciamento uma Declaração Negativa de Inidoneidade e Suspensão para licitar com o poder público (**Anexo VI**).

6.5.4. Se a empresa se fizer representar por procurador, faz-se necessário o credenciamento através de outorga por instrumento público ou Termo de Credenciamento, neste último caso, **com firma reconhecida em cartório (Anexo II- Modelo de Termo de Credenciamento)**, com menção expressa de que lhe confere amplos poderes, inclusive para formular ofertas e lances de preços, para recebimento de intimações e notificações, desistência ou não de recursos, bem como demais atos pertinentes ao certame, e ainda o documento do Contrato Social ou Estatuto da empresa, acompanhado de todas as alterações ou a última alteração consolidada.

6.5.4. Fazendo-se representar a licitante pelo seu sócio-gerente, diretor ou proprietário, **deverá apresentar cópia da cédula de identidade e original ou documento equivalente autenticado em cartório e cópia autenticada do Contrato Social ou Estatuto da empresa**, acompanhado de todas as alterações ou a última alteração consolidada.

6.6. Todos os documentos relacionados no subitem anterior deverão ser original ou deverão estar autenticados em cartório ou fotocópia simples acompanhada de documento original, para conferência “in loco”;

6.6.1. Só serão aceitas cópias legíveis.

6.7. Cada credenciado poderá representar apenas uma empresa licitante.

6.8. É vedado o substabelecimento com o intuito de representar outra empresa no mesmo procedimento de licitação.

6.9. A falta ou incorreção dos documentos de procuração ou atos de constituição ou de investidura ou ainda da declaração dando ciência de cumprir as exigências da habilitação não implicará a exclusão da empresa em participar do certame, mas impedirá o representante de manifestarem-se na apresentação de lances verbais e demais fases do procedimento licitatório, enquanto não suprida a falta ou sanada a incorreção, este saneamento somente poderá ocorrer na etapa de credenciamento.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

6.10. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante;

6.11. Poderá estar presente mais de um representante autorizado de cada licitante, porém, apenas 01 (um) poderá participar dos trabalhos;

6.12. As empresas licitantes interessadas no presente certame que não puderem enviar preposto para participar da sessão pública de Pregão Presencial poderão remeter os documentos referente a Proposta e Habilitação, em envelope lacrado, via correio, devendo os respectivos documentos ser entregues até a abertura da Sessão Pública, ao qual não poderá manifestar na apresentação de lances verbais e demais fases do procedimento licitatório

6.13. Sob pena de **inabilitação** ou **desclassificação** todos os documentos apresentados deverão referir-se ao mesmo CNPJ da empresa credenciada.

7. DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

7.1. Por força da Lei Complementar nº 123/06, as microempresas - ME e as empresas de pequeno porte - EPP que tenham interesse em participar deste pregão deverão observar os procedimentos a seguir dispostos:

7.1.1. Por ocasião do credenciamento, na modalidade pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte que optar pela fruição dos benefícios estabelecidos na Lei Complementar Federal nº. 123/06 deverá apresentar:

I – quando optante pelo SIMPLES nacional:

a) Comprovante de opção pelo SIMPLES obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal;

b) Declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do §4º, art. 3º, da Lei Complementar Federal nº. 123/06, conforme Anexo V deste Edital.

II – quando não optante pelo SIMPLES nacional:

a) Declaração de imposto de renda ou balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício – DRE, comprovado ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos I e II do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/06;

b) Declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, art. 3º da Lei Complementar nº. 123/06, conforme Anexo V do Edital.

7.1.2. No momento da oportuna fase de habilitação, caso a licitante detentora da melhor proposta seja uma microempresa ou uma empresa de pequeno porte, deverá ser apresentada toda a documentação, nos termos do item 8 - Da Habilitação, deste edital, ainda que os documentos pertinentes à regularidade fiscal apresentem alguma restrição, bem como alguma espécie de documento que venha a comprovar sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte;



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

7.1.3. Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a melhor proposta classificada.

7.2. Para efeito do disposto no item acima, caracterizado o empate, proceder-se-á do seguinte modo:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada terá a oportunidade de apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;

b) a nova proposta mencionada na alínea anterior deverá ser inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que o objeto licitado será adjudicado em favor da detentora desta nova proposta (ME ou EPP);

c) não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea anterior, serão convocadas as MEs ou EPPs remanescentes que se enquadrem no subitem 6.1.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

d) no caso de equivalência de valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem enquadradas no item 4.1., alínea *b*, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta;

e) na hipótese da não contratação nos termos previstos na alínea a, b, c e d do presente subitem, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

f) o procedimento acima somente será aplicado quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;

8. DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DE ENVELOPES

8.1. A sessão para recebimento e abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação será pública, dirigida por um **Pregoeiro**, em conformidade com este Edital e seus Anexos, no local e horário determinados **no preâmbulo deste Edital**.

8.2. Declarada aberta a sessão pelo Pregoeiro, o(s) representante(s) da(s) licitante(s) entregará (ão) os envelopes contendo a(s) proposta(s) de preços e os documentos de habilitação, não sendo aceita, a partir desse momento, a admissão de novos licitantes.

8.3. O envelope da Proposta de Preços deverá ser apresentado fechado, contendo em seu exterior as seguintes informações:

ENVELOPE 01 – PROPOSTA DE PREÇOS POR LOTE
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2014/SEMA
RAZÃO SOCIAL E Nº DO CNPJ DO LICITANTE.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

8.4. A empresa deverá apresentar um envelope para cada lote.

8.5. O envelope dos “Documentos de Habilitação” deverá ser apresentado fechado, contendo em seu exterior as seguintes informações:

ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA
PREGÃO PRESENCIAL N 008/2014/SEMA
RAZÃO SOCIAL E Nº DO C.N.P.J. DO LICITANTE.

8.6. Inicialmente, será aberto o Envelope 01 – Proposta de Preços – e, após, o Envelope 02 Documentos de Habilitação.

8.7. Os documentos apresentados pelos licitantes nas Propostas de Preços e nos Documentos de Habilitação, quando redigidos em língua estrangeira, só terão validade quando acompanhados da respectiva tradução realizada por tradutor juramentado ou consularizado;

8.8. Caso o licitante não possa comparecer na sessão de abertura do Pregão, poderá:

8.8.1 Entregar pessoalmente ou enviar por correios os envelopes de Proposta de Preços e Documentos de Habilitação à Gerência de Processos de Aquisições - GPA, na Secretaria de Estado de Meio Ambiente, sito na Rua C, esquina com a Rua F, Palácio Paiaguás, Centro Político Administrativo - CPA, na cidade de Cuiabá-MT, CEP: ;

8.8.1.1. No caso de envio dos envelopes por meio dos correios, o licitante deverá enviar e-mail para o endereço licitacao1@sema.mt.gov.br, informando seus dados para contato, a data do envio e o código de rastreamento/identificação dos envelopes, para que a GPA confirme o recebimento dos envelopes;

8.8.1.2. Cabe ao licitante providenciar para que os envelopes sejam recebidos em tempo hábil de serem abertos na sessão pública.

8.8.2. Entregar pessoalmente no local da realização da sessão do Pregão os envelopes de Proposta de Preços e Documentos de Habilitação ao pregoeiro, na data e horário previstos para o credenciamento;

8.8.3. A SEMA não se responsabilizará por eventuais atrasos e/ou extravios na entrega dos envelopes;

8.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, e a SEMA não será, em nenhuma hipótese, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

9. PROPOSTA DE PREÇOS

9.1. A Proposta de Preços deverá ser apresentada em uma via datilografada ou impressa, preferencialmente no **modelo de proposta de preços (ANEXO I)**, redigida com clareza em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem alternativas, sem emendas, sem rasuras ou entrelinhas, sendo devidamente datada e assinada na última folha e rubricada nas demais pelo representante legal da licitante.

9.2. Na Proposta de Preços deverão constar, **sob pena de desclassificação:**

9.2.1. Catálogo descritivo do produto licitado ou cópia autenticada do mesmo, o qual deverá conter no mínimo as especificações constantes nos Anexos deste Edital, com apresentação nítida e legível;

9.2.1.1. Somente será considerado válido catálogo anexado no sistema eletrônico, desde que este possibilite a averiguação completa da descrição do objeto e conste a origem do *site* oficial do fabricante e que informe a “FONTE” (endereço completo <http://www.fabricantex.com/produtox>) do respectivo documento, possibilitando a comprovação da autenticidade do documento proposto;

9.2.1.2. Ficam vedadas quaisquer transformações, montagens ou adaptações na especificação original do catálogo ofertado;

9.2.1.3. No caso de catálogo com diversos modelos, o proponente deverá identificar qual a marca/modelo em que estará concorrendo na licitação;

9.2.1.4. Quando o catálogo for omissivo na descrição de algum item de composição, será aceita Declaração Complementar do Fabricante ou Distribuidor, descrevendo a especificação faltante no prospecto. Contendo, inclusive, a afirmação do compromisso de entrega do produto na forma ora declarada, sob pena de desclassificação da proposta escrita. Ficando ressalvado que a descrição a ser ofertada deverá ser o do objeto ofertado, não podendo ser cópia fiel do contido no presente Edital, salvo se este corresponder em sua integralidade às especificações requisitadas.

9.2.2. Razão social da licitante, nº do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, fax para contato e, se possível, endereço eletrônico (e-mail), nº da conta corrente, agência e respectivo Banco.

9.2.3. Prazo de eficácia da proposta, o qual não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

9.2.4. Uma única cotação, com preços unitários e valor por Lote, em moeda corrente nacional, expressos em algarismos e por extenso, sem previsão inflacionária. Em caso de divergência entre os valores unitários e totais, serão considerados os primeiros, e entre os valores expressos em algarismo e por extenso, será considerado este último.

9.2.5. A licitante que for beneficiado pela Isenção do ICMS, conforme Regulamento do ICMS do Estado de Mato Grosso editado em conformidade com o Convênio ICMS nº 73/04, aprovado pelo CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária, DEVERÁ considerar no preço proposto o desconto equivalente ao imposto dispensado, conforme constante no modelo da PROPOSTA DE PREÇOS – Anexo I deste edital;

9.2.5.1. O Regulamento do ICMS do Estado de Mato Grosso encontra-se disponível no “site” da SEFAZ: www.sefaz.mt.gov.br - Portal da Legislação SEFAZ.

9.2.6. O Prazo de entrega do objeto desta licitação não poderá ser superior a 15 (quinze) dias após o recebimento da Ordem de Fornecimento.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

9.2.7. A entrega dos produtos e a instalação dos mesmos ocorrerão em até 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

9.2.8. Os materiais deverão ser entregues nas dependências da Gerência de Serviços Gerais ou Gerência de Patrimônio/Coordenadoria de Apoio Logístico/ Superintendência de Fiscalização da SEMA-MT, rua C, com rua F, Palácio Paiaguás, Centro Político Administrativo, CEP: 78050-970, Cuiabá-MT.

9.3. Em função do critério de julgamento, os licitantes deverão obrigatoriamente apresentar preços para todos os itens observando as quantidades solicitadas no edital, sob pena de desclassificação pela ausência de cotação para qualquer um deles

9.3. Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro, transporte e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos.

9.4. Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível no julgamento das propostas, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os produtos serem fornecidos sem ônus adicionais.

9.5. As empresas após a apresentação das propostas não poderão alegar preço inexequível ou cotação incorreta e deverão fornecer os produtos sem ônus adicionais.

9.6. A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

9.7. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as especificações e exigências do presente Edital e de seus Anexos e que apresentem omissões, irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

9.8. Após a apresentação das propostas, não caberá desistência, sujeitando-se as penalidades do item 17.4 do presente Edital, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

9.9. O Pregoeiro considerará erros de somatórios e outros aspectos que beneficiem a Administração Pública e não impliquem em nulidade do procedimento, como sendo exigências formais e consequentemente classificará a empresa.

9.10. A sessão pública poderá ser suspensa, por prazo a ser definido na própria sessão, para a análise prévia que se fizer necessária.

10. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

10.1. Abertos os envelopes, as propostas serão rubricadas pelo Pregoeiro.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

10.2. No julgamento e classificação das propostas, será adotado o **critério de MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE**, que corresponde ao valor total bruto da proposta para cada lote.

10.3. No julgamento serão observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos, neste edital, e o objeto social da empresa.

10.4. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

10.5. O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

10.6. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

10.7. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes no item 17.4 deste Edital.

10.8. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, que tem caráter meramente informativo.

10.9. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

10.10. Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias, e, caso o pregoeiro entenda necessário, abrirá o envelope do segundo classificado, para confirmação das suas condições habilitatórias, nos termos do artigo 36, § 4º, do Decreto Estadual nº 7.217/2006.

10.11. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

10.12. Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame;

10.13. Nas situações previstas nos subitens **9.8, 9.9 e 9.11**, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido o melhor preço.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

10.14. Analisadas as propostas apresentadas e concluída a etapa de lances, a classificação final dar-se-á pela ordem crescente dos preços, observando-se, quando aplicável, a Lei Complementar nº. 123/2006.

10.15. Da reunião, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes, devendo a mesma, ao final, ser assinada pelo Pregoeiro e as licitantes presentes, ressaltando-se que poderá constar a assinatura da equipe de apoio, sendo-lhes facultado esse direito.

10.16. Caso ocorra a apresentação de 02 (duas) ou mais propostas originais de preços iguais, observadas as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no Edital, e as licitantes classificadas se recusarem a dar lances e conseqüentemente persistindo a igualdade de preços será adotado o critério de desempate por sorteio na forma do art. 45, parágrafo 2º, da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, na própria sessão.

10.17. Os envelopes contendo os “Documentos de Habilitação” das licitantes remanescentes ficarão à disposição das licitantes na Sala de licitação e somente poderão ser retirados após 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da Nota de Empenho pela empresa vencedora. Após 60 (sessenta) dias, caso não retirado, o Pregoeiro procederá à destruição dos envelopes, independentemente de comunicação prévia.

10.18. No caso da sessão do pregão, em situação excepcional, vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes, devidamente rubricados no fecho, ficarão sob a guarda do Pregoeiro e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas das participantes, na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

10.19. Havendo apenas uma proposta de preços por Lote, o pregoeiro suspenderá a sessão do Pregão e informará a autoridade competente, que poderá autorizar a adjudicação do objeto ou revogar a licitação.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. Os documentos de habilitação, para **EMPRESAS CADASTRADAS**, que deverão ser apresentados na sessão pública são os seguintes:

a) Certificado de Inscrição no Cadastro de Fornecedores do Estado – CGF/MT.

b) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei n.º 8.666/93 (**Anexo IV**).

b.1) No caso de microempresa e empresa de pequeno porte que, nos termos da LC 123/2006, possuir alguma restrição na documentação referente à regularidade fiscal, esta deverá ser mencionada, como ressalva na supracitada declaração.

b.2) A microempresa ou empresa de pequeno porte que usufruir dos benefícios de que trata a LC 123/2006 deverá apresentar, na forma da lei, juntamente com os documentos de habilitação, e declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do § 4º do art. 3º da LC 123/2006.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

c) Declaração de que a empresa não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em conformidade ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal (**Anexo IV**).

d) Declaração da própria Empresa de que não existe em seu quadro de empregados, servidor público exercendo função de gerência, administração ou tomada de decisão (**Anexo IV**).

e) Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) desempenhos anteriores ou atuais de forma satisfatória, compatíveis em característica, quantidade e prazos com o objeto desta licitação.

e.1) No caso de atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito privado, o mesmo deverá conter firma reconhecida em cartório.

e.2) O Atestado deverá ser em papel timbrado contendo a identificação do signatário responsável com firma reconhecida (quando emitido por pessoa jurídica de direito privado), bem como meios de contato (telefone, email, etc.) que possibilitem o Pregoeiro realizar diligências para esclarecimento de dúvidas relativas às informações prestadas.

f) As micros e pequenas empresas, optantes comprovadas do regime de tributação simples – SIMPLES, comprovarão a sua qualificação econômico-financeira através da apresentação da declaração anual de rendimentos/DECLARAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA, já exigíveis e apresentados na forma da lei, mesmo que apresentado o Cadastro Geral de Fornecedor – CGF/MT.

11.2. As Empresas licitantes NÃO CADASTRADAS deverão apresentar na sessão pública os seguintes documentos de habilitação, em plena validade, sob pena de inabilitação:

11.2.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

11.2.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA DE EMPRESAS DE GRANDE PORTE:

- a) Cédula de Identidade, quando se tratar de empresa individual.
- b) Registro Comercial, no caso de empresa individual.
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado na Junta Comercial, **em se tratando de Sociedades Comerciais, e no caso Sociedade por Cotas de Responsabilidade Limitada;**
- c.1) Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- c.2) Caso a licitante já tenha apresentado o Contrato Social no credenciamento, não há necessidade de apresentá-lo novamente no envelope de habilitação;
- d) No caso de Sociedade por Ações, Estatuto acompanhado da Ata da Assembleia de última eleição dos seus administradores.
- e) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, devidamente registrado no órgão competente.
- f) A Empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país deverá apresentar, também:



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

f.1.) o decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.2.1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA DE ME E EPP (ART. 7º, DECRETO Nº. 635/07):

- a)** Ato constitutivo da empresa, devidamente registrado;
- b)** Cédula de identidade e CPF do responsável pela empresa.

11.2.2. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (PARA EMPRESAS DE GRANDE PORTE, ME E EPP)

11.2.2.1. As empresas participantes deste pregão comprovarão a aptidão para executar o objeto deste certame por meio da apresentação dos seguintes documentos:

11.2.2.2. Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) desempenhos anteriores ou atuais de forma satisfatória, compatíveis em característica, quantidade e prazos com o objeto desta licitação.

11.2.2.3. No caso de atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito privado, o mesmo deverá conter firma reconhecida em cartório.

11.2.2.4. O Atestado deverá ser em papel timbrado contendo a identificação do signatário responsável com firma reconhecida (quando emitido por pessoa jurídica de direito privado), bem como meios de contato (telefone, email, etc.) que possibilitem o Pregoeiro realizar diligências para esclarecimento de dúvidas relativas às informações prestadas.

11.2.3. DA REGULARIDADE FISCAL:

11.2.3.1. DA REGULARIDADE FISCAL DAS EMPRESAS DE GRANDE PORTE:

- a)** Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
- b)** Certidão Conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União, a mesma poderá ser retirada no site: www.receita.fazenda.gov.br/Grupo2/Certidoes.htm.
- c)** Certidão Negativa de Débito Fiscal Estadual (CND) específica para participar de licitações, onde a mesma poderá ser retirada no site: www.sefaz.mt.gov.br, ou expedida pela Agência Fazendária da Secretaria de Estado de Fazenda do respectivo domicílio tributário.
- d)** Certidão Negativa de Débito de competência da Procuradoria Geral do Estado do respectivo domicílio tributário.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

d.1) Poderão ser apresentadas as respectivas Certidões descritas nas alíneas “b” e “c”, de forma consolidada, de acordo com a legislação do domicílio tributário do licitante.

e) Certidão Negativa de Débitos Gerais e Tributos Municipais, emitida pela Procuradoria Geral do Município.

f) Certidão do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a mesma pode ser retirada no site: www.caixa.gov.br.

g) Certidão do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), a mesma pode ser retirada no site: www.inss.gov.br.

h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

11.2.3.2. DA REGULARIDADE FISCAL DA ME E EPP (ART. 7º, DECRETO 635/07):

a) Inscrição no CNPJ, com distinção de ME ou EPP, para fins de qualificação;

b) Comprovação da regularidade com a seguridade social, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e para com Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, conforme objeto licitado.

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

11.2.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

11.2.4.1. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DAS EMPRESAS DE GRANDE PORTE:

a) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na junta comercial, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

Observações: Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

a1)- Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima):

-publicados em Diário Oficial; ou

-publicados em jornal de grande circulação; ou



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

-por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

a2)- Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

-acompanhados por fotocópia dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

a3)- Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar 123/2006 – Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte deverão apresentar um dos documentos abaixo elencados:

a.3.1) – fotocópia dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;

a4)- Sociedade criada no exercício em curso:

-fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio dos licitantes nos casos de sociedades anônimas.

a5)- O balanço patrimonial, as demonstrações e o balanço de abertura deverão estar assinados pelos administradores das empresas constante do ato constitutivo, estatuto ou contrato social e por Contador legalmente habilitado.

b) A comprovação da boa situação financeira da empresa será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), obtidos a partir dos dados resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, cujos dados serão extraídos das informações do balanço da empresa, relativo ao último exercício, já exigíveis na forma da lei, sendo admitido para habilitação apenas resultado igual ou maior que 1,0(um):

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

**11.2.4.2. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DA ME E EPP (ART. 7º,
DEC. 635/07):**



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

- a) Certidão Negativa de Falência e/ou recuperação judicial, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou execução patrimonial, expedida pelo domicílio da pessoa física, que tenha sido expedida até 60 (sessenta) dias anteriores à data de abertura da licitação;
- b) Declaração Anual de Rendimentos/Imposto de Renda ou Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na junta comercial, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

11.2.5. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES PARA NÃO CADASTRADAS

- a) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei n.º 8.666/93 (**Anexo IV**).
 - a.1) No caso de microempresa e empresa de pequeno porte que, nos termos da LC 123/2006, possuir alguma restrição na documentação referente à regularidade fiscal, esta deverá ser mencionada, como ressalva na supracitada declaração.
 - a.2) A microempresa ou empresa de pequeno porte que usufruir dos benefícios de que trata a LC 123/2006 deverá apresentar, na forma da lei, juntamente com os documentos de habilitação, e declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do § 4º do art. 3º da LC 123/2006.
- b) Declaração de que a empresa não possui em seu quadro de empregados menores de 18 (dezoito) anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em conformidade ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal (**Anexo IV**).
- c) Declaração da própria Empresa de que não existe em seu quadro de empregados, servidor público exercendo função de gerência, administração ou tomada de decisão (**Anexo IV**).

11.3. A empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país deverá apresentar, também, o decreto de autorização ou o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.4. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante, e, preferencialmente, com número do CNPJ e com o endereço respectivo, salientando que:

- a) Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou;
- b) Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

c) Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

d) Os atestados de capacidade técnica/responsabilidade técnica poderão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz e/ou da (s) filial (ais) da licitante.

11.5. Os documentos apresentados no envelope de habilitação sem disposição expressa do órgão expedidor quanto a sua validade, terão o prazo de vencimento de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de sua emissão, exceto para os documentos expedidos pelos órgãos federais que terão prazo de vencimento de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da sua emissão.

11.5.1. Excetua-se do prazo acima mencionado, os documentos cuja validade é indeterminada, como é o caso dos atestados de capacidade ou responsabilidade técnica.

11.6. Não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas.

11.7. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por cartório competente, em publicação da imprensa oficial ou em cópia simples, desde que acompanhados do original para conferência pelo Pregoeiro.

11.8. O (a) Pregoeiro (a) reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

11.9. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitações de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

11.10. Se a documentação de habilitação não estiver completa ou estiver incorreta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, deverá o pregoeiro considerar a proponente inabilitada, salvo as situações que ensejarem a aplicação da Lei Complementar 123/2006.

11.11. Poderá o (a) Pregoeiro (a) declarar erro formal, desde que não implique desobediência à legislação e for evidente a vantagem para a Administração, devendo também, se necessário, promover diligência para dirimir a dúvida.

11.12. Constatando através da diligência o não atendimento ao estabelecido, o (a) Pregoeiro (a) considerará o proponente inabilitado e prosseguirá a sessão.

11.13. Somente serão retidos os documentos do licitante vencedor, no entanto, a Administração poderá reter os documentos dos demais licitantes quando estes se manifestarem sobre a intenção de interpor recursos administrativos ou desde que esses estejam implicados na questão.

11.14. Aquele que ensejar declaração falsa, ou que dela tenha conhecimento, nos termos do artigo 299 do Código Penal, ficará sujeito às penas de reclusão, de um a cinco anos, se o documento é público, reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular, independente da penalidade estabelecida no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

11.15. Constatado o atendimento das exigências de habilitação fixadas neste edital, o licitante – 1º classificado – será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

11.16. O pregoeiro poderá habilitar mais de 1 (um) licitante por item ou lote, desde que devidamente classificado para a etapa de lances e sem preterição da ordem classificatória, na forma do artigo 36, parágrafo 4º do Decreto Estadual nº 7.217 de 14 de março de 2006.

12. DOS RECURSOS

12.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

12.1.1. A alegação de preço inexequível por parte de um dos licitantes com relação à proposta de preços de outro licitante deverá ser devidamente comprovada sob pena de não conhecimento do recurso interposto.

12.1.2. Não serão aceitas petições encaminhadas por e-mail ou fax, as mesmas deverão ser protocolizadas no sistema de protocolo, endereçadas ao Pregoeiro, ou por correios, via Sedex;

12.1.3. As petições deverão estar instruídas com a razão social, endereço, assinatura, telefone para contato e ainda, número do processo e do pregão ao qual se referem;

12.1.4. A manifestação necessariamente explicitará motivação consistente, que será liminarmente avaliada pelo Pregoeiro, o qual decidirá pela sua aceitação ou não, nos termos do art. 112, I, do Decreto nº. 7.217/06.

12.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

12.3. Presentes os pressupostos de admissibilidade, o Pregoeiro suspenderá os trabalhos até a decisão final quanto ao recurso interposto.

12.4. Havendo recurso interposto contra a decisão do Pregoeiro acerca de determinado lote, este não terá efeito suspensivo para os demais.

12.5. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

12.6. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor;



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

12.7. Os autos do procedimento permanecerão com vista franqueada aos interessados, na sede da SEMA, na Gerência de Processos de Aquisições.

12.8. Na ocorrência de manifestação ou interposição de recurso de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá assegurar o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e legislação vigente.

13. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

13.1. A adjudicação do objeto ao licitante vencedor será feita pelo Pregoeiro, e ficará sujeita à homologação da autoridade competente.

13.2. Para fins de homologação, o proponente vencedor fica obrigado a apresentar nova proposta readequada acompanhada de planilha de preços, custos e insumos detalhada com base no valor ofertado na etapa de lances verbais, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da sessão pública do Pregão, com valores correspondentes à adjudicação, a qual substituirá a original, como parte integrante do contrato, sob pena de convocação do segundo colocado.

13.3. Se o licitante não apresentar proposta atualizada no prazo de 48 horas, poderá o pregoeiro desclassificá-la e examinar as ofertas subsequentes, bem como a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

13.3.1. Nas hipóteses acima, garantida a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à licitante advertência, multas, suspensão ou declará-la inidônea, sendo informado à Secretaria de Estado de Administração, para providência quanto ao registro no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado.

14. DO CONTRATO

14.1. Homologada a licitação pela Autoridade Competente, será lavrado contrato com a empresa adjudicatária.

14.2. A empresa adjudicatária deverá comparecer para firmar o Contrato, no prazo máximo de **3 (três)**, contados da data da convocação. Caso a adjudicatária seja uma empresa estrangeira, este prazo poderá ser adiado até 15 (quinze) dias.

14.3. A vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, contados da data da publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado.

14.4. Na hipótese de a empresa adjudicatária não atender a condição acima ou recusar a assinar o Contrato e não apresentar justificativa porque não o fez, decairá o direito à contratação, conforme preceitua o art. 4º, inciso XVI e XXIII, da Lei nº. 10.520/02, e ao comprador



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

convocará outra Licitante classificada e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis observados o disposto no artigo 7º da mesma lei.

14.5. Como condição para celebração do Contrato, a empresa adjudicatária deverá manter as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação.

14.5.1. Os valores descritos na cláusula segunda poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

14.6. Pela inexecução total ou parcial do Contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a CONTRATADA as sanções de que tratam os artigos 86 a 88 da Lei Federal n.º 8.666/93, além da multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor da fatura, por dia em que, sem justa causa, a CONTRATADA não cumprir as obrigações assumidas ou cumpri-las em desacordo com o estabelecido neste Pregão Eletrônico, até o máximo de 10 (dez) dias corridos, quando, então incidirá em outras cominações legais.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1. Comparecer no prazo de **03 (três) dias** para retirada da Nota de Empenho e assinatura do contrato, contados a partir do recebimento da convocação formal, conforme o caso;

15.2. Iniciar e executar o fornecimento contratado, imediatamente, até 15 (quinze) dias, sem atrasos, após o recebimento da Ordem de Fornecimento/Serviço emitida pelo setor demandante;

15.3. Assumir a responsabilidade pelo bom desempenho do **objeto** prestado, respeitando as normas de segurança, bem como toda legislação vigente;

15.4. Assegurar a **CONTRATANTE** o direito de fiscalizar, sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer serviço que não esteja de acordo com o contratado, as normas ou especificações que atentem contra a sua segurança ou de terceiros, ficando certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização da **CONTRATANTE** eximirá a **CONTRATADA** de suas responsabilidades provenientes do contrato;

15. 5. Caso a **CONTRATADA** tenha que corrigir, desfazer ou refazer qualquer serviço não executado a contento, correrão por sua conta as necessárias despesas;



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

15.6. Responsabilizar-se pelos danos e prejuízos causados a **CONTRATANTE** ou a terceiros, ainda que culposos, por atos de negligência ou culpa de seus empregados ou prepostos, durante a execução dos serviços estipulados no contrato, eximindo a **CONTRATANTE** de qualquer responsabilidade e assegurando ainda, em qualquer caso, o exercício do direito de regresso, pela via administrativa, que após o devido processamento e garantido o direito de defesa, o prejuízo ensejará o desconto de valores devidos ou inscrição do débito em dívida ativa;

15.7. No caso de recusa ou demora por parte da **CONTRATADA** em atender a qualquer reclamação da **CONTRATANTE**, poderá esta confiar a outrem a execução dos serviços reclamados, as expensas da **CONTRATADA**, cujas despesas serão descontadas de uma só vez, quando do pagamento subsequente, devido pela **CONTRATANTE**, não cabendo impugnação de seu valor e sem prejuízo das penalidades cabíveis;

15.8. Manter-se, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas e com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

15.9. Manter em dia as obrigações concernentes à Fazenda Pública Federal e Estadual, seguridade social e contribuição ao FGTS, durante toda a vigência deste contrato;

15.10. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela **CONTRATANTE**, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

15.11. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do objeto, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

15.12. Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE** qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

15.13. Fiscalizar e acompanhar a execução para o perfeito cumprimento do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes;

15.14. Comunicar a **CONTRATANTE** qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

15.15. Aplica-se ainda a **CONTRATADA**, por ocasião do serviço contratado, as disposições contidas na Lei n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor;

15.16. Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações, no Decreto Estadual nº. 7.217/2006 e toda legislação pertinente.

15.17. Demais cláusulas constantes no ANEXO VIII – MINUTA DE CONTRATO, deste edital.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

16.1. Emitir a(s) ORDEM(NS) DE SERVIÇO(S), estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

16.2. Receber os serviços contratados, nos termos, prazos, qualidade e condições estabelecidas no contrato, na Proposta do fornecedor e no Termo de Referência nº 05/2014, elaborado pelo setor demandante;

16.3. A **CONTRATANTE** deverá exercer a fiscalização dos serviços, por servidores especialmente designados para esse fim, na forma prevista na Lei nº. 8.666/93;

16.4. Proporcionar à **CONTRATADA** todas as facilidades e informações necessárias à boa execução do contrato, permitindo, inclusive, o acesso à **CONTRATADA** para o cumprimento de suas obrigações, caso necessário;

16.5. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o contrato;

16.6. Manifestar formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, nas notificações, aplicação de sanções, alterações e revisões do contrato;

16.7. Aplicar, quando for o caso, à **CONTRATADA**, as sanções regulamentares e contratuais;

16.8. Promover o acompanhamento e a fiscalização do **objeto** sob os aspectos quantitativo e qualitativo, comunicando à **CONTRATADA** toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do contrato, para que seja sanada;

16.9. Efetuar em dia o pagamento à **CONTRATADA** pelos serviços prestados;

16.10. Rejeitar o **objeto em desacordo com o contrato**, pela **CONTRATADA**, exigindo sua **imediata substituição, até 30 (trinta) dias corridos após a notificação formal**, sob pena de aplicação das penalidades previstas em lei, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e aceitos pela **CONTRATANTE**;

16.11. O fiscal do contrato designado pela **CONTRATANTE** registrará em relatório as deficiências verificadas na execução dos serviços, encaminhando cópias à **CONTRATADA** para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no edital;

16.12. Demais cláusulas constantes no ANEXO VIII – MINUTA DE CONTRATO, deste edital.

17. DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DO PAGAMENTO

17.1. Os serviços serão recebidos e executados conforme ANEXO VIII - MINUTA DE CONTRATO, sendo prestados na sede da **CONTRATANTE**, no seguinte endereço: Rua C esquina com a Rua F, Centro Político Administrativo, nesta Capital;



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

17.1.1. O produto descrito no presente contrato será recebido:

- a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação do Edital;**
- b) Definitivamente, após a verificação dos termos, prazos, qualidade, quantidade e condições do material estabelecidas no Edital e consequente aceitação.**

17.2. O objeto será recusado e devolvido nas seguintes hipóteses:

- a) Apresente vícios de qualidade ou impropriedade;
- b) Nota fiscal com especificação e quantidade em desacordo com o contrato;
- c) Entregue em desacordo com as especificações exigidas.

17.3. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas contratuais e as normas da Lei 8.666/93, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

17.4. A entrega do **objeto e a respectiva instalação ora contratada, deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da ordem de fornecimento,** e será acompanhado e fiscalizado por servidor indicado pela **CONTRATANTE**, com atribuições específicas;

17.5. A fiscalização exercida na entrega dos bens não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** por quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência deste, não implica co-responsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos.

17.6. Efetuar o pagamento após o atesto na Nota Fiscal, comprovando que o objeto foi efetivamente entregue e é o mesmo do objeto do Edital, o qual deverá obedecer aos termos do Decreto nº 4.752, de 06 de agosto de 2002, c/c o Decreto nº 4.747, de 22 de junho de 1994, bem como na conformidade Decreto Estadual nº 8.199/2006, após a entrega dos bens e recebimento da Fatura/Nota Fiscal, devidamente atestado pela Gerência de Serviços Gerais;

17.6.1. O pagamento será efetivado por meio de Nota de Ordem Bancária, em nome da **CONTRATADA** na data fixada de acordo com a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2007-SAGP/SEFAZ, publicada no Diário Oficial do Estado em 25.05.2007;

17.7. A **CONTRATADA** indicará no corpo da Nota Fiscal o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento;

17.7.1. O pagamento será efetuado após a Nota Fiscal estar devidamente atestada pelo responsável, devendo estar acompanhada dos Certificados de Regularidade Fiscal descritos nos Decretos Estaduais nºs. 7217/06, 8199/06 e 8426/06 e toda legislação pertinente, conforme o caso, obedecendo ainda os prazos estabelecidos na Instrução Normativa nº. 01/2007/SAGP/SEFAZ.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

17.7.2. Caso constatada alguma irregularidade na nota fiscal/fatura, esta será devolvida a **CONTRATADA** para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;

17.7.3. Nenhum pagamento deverá ser efetuado à **CONTRATADA**, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

17.8. Junto com as Notas Fiscais a **CONTRATADA** deverá obrigatoriamente apresentar Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais, Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS, sem as quais fica impossibilitada a efetivação da liquidação do pagamento;

17.9. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da **CONTRATADA**;

17.10. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado;

17.11. As Notas Fiscais/Faturas devem ser emitidas em nome de ESTADO DE MATO GROSSO, com o CNPJ nº. 03.507.415/0023-50 e com o seguinte endereço: Rua C esquina com a Rua F, Centro Político Administrativo e deverão ser entregues na **Gerência de Serviços Gerais** para serem devidamente atestadas;

17.12. O pagamento efetuado à **CONTRATADA** não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade e garantia;

17.13. A partir de 1º de dezembro de 2010, as operações de vendas destinadas à Órgão Público da Administração Federal, Estadual e Municipal, deverão ser acobertadas por Nota Fiscal Eletrônica, conforme Protocolo ICMS42/2009, recepcionado pelo Artigo 198-A-5-2 do RICMS. Informações através do site www.sefaz.mt.gov.br/nfe.

17.14. Demais cláusulas constantes no ANEXO VIII – MINUTA DE CONTRATO, deste edital.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 c/c Artigo 138 do Decreto 7.217/2006 e Artigos 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93).

18.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital sujeita a contratada a multas, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

18.1.1. Quanto à obrigação da retirada da Nota de Empenho no prazo estabelecido:

a) atraso até 05 (cinco) dias, multa de 2 % (dois por cento);

a) a partir do 6º (sexto) até o limite do 10º (décimo) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso.

18.1.2. Quanto ao atraso na assinatura do contrato e às obrigações de solução de quaisquer problemas com os itens adquiridos, e, quanto à aceitação de acréscimos e supressões no valor total da adjudicação:

a) atraso até 2 (dois) dias, multa de 2% (dois por cento);

b) a partir do 3º (terceiro) até o limite do 5º (quinto) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6º (sexto) dia de atraso.

18.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, a SEMA poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

18.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, se sujeita às seguintes penalidades:

a) **Multa** de até 10% sobre o valor adjudicado;

b) **Suspensão** temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a SEMA, por prazo de até 5 (cinco) anos, e;

c) **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

18.4. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

18.5. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

tenha nenhum valor a receber deste Órgão do Estado de Mato Grosso, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Estado, podendo, ainda a SEMA proceder a cobrança judicial da multa.

18.6. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a SEMA.

18.7. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

19. DA RESCISÃO

19.1. A rescisão regula-se pelo disposto nos artigos 77 a 80 da Lei n.8.666/93, no que couber.

20. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1. As despesas decorrentes da aquisição, objeto desta Licitação, correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Secretaria de estado do Meio Ambiente de Mato Grosso, através da seguinte Dotação Orçamentária:

Unidade Orçamentária: 27101

Unidade Gestora: 2

Programa: 036

Projeto\ Atividade: 2005

Região: 9900.

Medida: 01

Tarefa: 01.

Natureza da despesa: 44905200

Fonte: 240

20.2. As despesas decorrentes da prestação do serviço objeto desta Licitação, no exercício seguinte, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do mesmo.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, sendo vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

21.2. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

21.2.1. A anulação do procedimento induz a do contrato.

21.2.2. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

21.3. A licitante fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, de acordo com o disposto no artigo 65, § 1º da lei n.º 8.666/93.

21.4. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA/MT** não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.5. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

21.6.. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, sujeitando-se as penalidades previstas no item 8.8 do presente edital, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

21.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local, anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

21.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA/MT**.

21.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação, e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

21.10. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

21.11. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o de Cuiabá-MT, com exclusão de qualquer outro.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

21.12. Qualquer pedido de esclarecimentos, em relação ao presente Edital e seus Anexos, deverá ser encaminhado Via Protocolo da SEMA, ou correios, via Sedex, endereçado a Comissão Técnica de Pregão da SEMA, **até 03 (três) dias** úteis antes da data da abertura do Pregão sob pena de não conhecimento.

21.12.1. Os esclarecimentos estarão disponíveis aos interessados no site da SEMA/MT no endereço: www.sad.mt.gov.br/ Portal de Aquisições, sendo de responsabilidade de o licitante estar atento aos mesmos e a quaisquer alterações no Edital, não podendo alegar disto desconhecimento.

21.13. A homologação do resultado desta licitação não gera direito à contratação, mas mera expectativa de direito.

21.14. Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes da Lei 10.520/2002, da Lei 8.666/93 e do Decreto no 7.217/2006.

21.15. Havendo alterações no instrumento convocatório, as mesmas serão aplicadas também às minutas de contrato.

21.16. São partes integrantes deste Edital:

a) Anexo I – Formulário Padrão de Proposta / Termo de Referência.

b) Anexo II – Carta de Credenciamento.

c) Anexo III – Modelo de Declaração dando ciência que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

d) Anexo IV - Modelo da Declaração de:

- Inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

- Que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, de perigo ou insalubre, nem menor de dezesseis anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos dos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, artigo 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em conformidade a Lei Federal nº 9.854/02.

- Que não possui em seu quadro servidor público do Poder Executivo Estadual exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art. 9º da Lei 8.666/93 e inciso X, da Lei Complementar nº 04/90).

e) Anexo V – Declaração de Microempresa – ME e Empresa de Pequeno Porte –EPP.

f) Anexo VI - Declaração Negativa de Inidoneidade para licitar com o poder público.

g) Anexo VII – Termo de Referência nº. 05/2014, e suas alterações, elaborado pelo setor demandante.

h) Anexo VIII – Minuta de Contrato.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

Cuiabá, 16 de julho de 2014.

Emmanuelle Silva Santos
Pregoeira Oficial

Benedito Nery Guarim Strobel
Secretario Adjunto de Gestão Sistêmica

ANEXO I

FORMULÁRIO PADRÃO DE PROPOSTA

Pregão n. ° _____ DIA ____/____/____ ÀS ____:____ HORAS.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

Razão Social: _____ CNPJ nº: _____

Endereço: _____

Fone: _____ Fax: _____ E-mail: _____

Agência: _____ Conta Corrente: _____ Banco: _____

LOTE ÚNICO

Preenchimento para todos licitantes						Preenchimento para licitantes que se enquadrem no Convênio ICMS 73/2004				
ITEM (01)	ESPECIFICAÇÃO OBJETO (02)	MARCA/ MODELO (03)	QUAN T (04)	VALOR UNIT. (COM TODOS OS TRIBUTOS) (05)	VALOR TOTAL (COM TODOS OS TRIBUTOS) (06)	ALÍQUOTA DO ICMS (%) (07)	VALOR UNIT. (SEM ICMS) (08)	DESCONT O UNIT. (09)	VALOR TOTAL. (SEM ICMS) (10)	DESCONT O TOTAL (11)
01	CONDICIONADO R DE AR TIPO SPLIT, UNIDADE INTERNA HORIZONTAL, PISO TETO/TETO PISO OU HI WALL, FIXO EM PAREDE, COMPRESSOR ROTATIVO, CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO 18.000 BTU/H, BAIXO CONSUMO DE ENERGIA, TENSÃO DE 220 VOLTS, FUNÇÃO DE DESUMIDIFICAÇ ÃO, CONTROLE REMOTO, SISTEMA DE PURIFICAÇÃO DE AR, BAIXO NÍVEL DE RUÍDO, COM SELO PROCEL E INMETRO, GARANTIA MÍNIMA DE 01 (UM) ANO, COM MANUAL DE INSTRUÇÕES, ASSISTÊNCIA		17							



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

	TÉCNICA AUTORIZADA NO MÍNIMO EM CUIABÁ E/OU VÁRZEA GRANDE. INCLUSO INSTALAÇÃO E ENTREGA EM CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE/MT. UNIDADE.									
02	APARELHO CONDICIONADO R DE AR TIPO SPLIT CASSETE DE EMBUTIR - COMPOSTO POR CONJUNTO CONDENSADOR E EVAPORADOR, COM CAPACIDADE DE 60.000 BTUS, COM ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA TRIFÁSICO, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTIC AS: CONDENSADOR COM DESCARGA HORIZONTAL OU VERTICAL, COM COMPRESSOR DO TIPO SCROLL OU ROTATIVO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE REFRIGERAÇÃO DE 60.000 BTUS, COM CICLO REVERSO, COM GABINETE EM ABS OU CHAPA	02								



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

METÁLICA COM TRATAMENTO ANTIOXIDANTE E PINTURA EPÓXI; EVAPORADOR DE FIXAÇÃO NO TETO DE EMBUTIR NO FORRO, COM ACABAMENTO NAS GRELHAS DE INSULFLAÇÃO E NO FILTRO, COM BOMBA ELÉTRICA DE LÍQUIDO CONDENSADO, COM "AIR WEEP", COM QUATRO SAÍDAS, COM CONTROLE REMOTO COM LCD SEM FIO QUE LIGUE E DESLIGUE O EQUIPAMENTO, AJUSTE A TEMPERATURA, A VELOCIDADE DO AR, A DIREÇÃO DE INSULFLAMENT O, O CICLO TÉRMICO E A FUNÇÃO DE "AIR SWEEP"; O CONJUNTO CONDENSADOR E EVAPORADOR DEVERÃO TER CAPACIDADE DE INSTALAÇÃO EM DESNÍVEL DE ATÉ 10 (DEZ) METROS DE ALTURA E									
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

DISTÂNCIAS DE INTERLIGAÇÃO ENTRE OS EQUIPAMENTOS DE ATÉ 30 (TRINTA) METROS. GARANTIA MÍNIMA DE 36 (TRINTA E SEIS) MESES PARA OS COMPRESSORES DOS EQUIPAMENTOS E DE 12 (DOZE) MESES PARA OS DEMAIS COMPONENTES. UNIDADE.									
TOTAL R\$									

O licitante que for beneficiado pela Isenção do ICMS, conforme Regulamento do ICMS do Estado de Mato Grosso editado em conformidade com o Convênio ICMS nº 73/04, aprovado pelo CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária DEVERÁ considerar no preço proposto o desconto equivalente ao imposto dispensado, conforme modelo constante na PROPOSTA DE PREÇOS;

O Regulamento do ICMS do Estado de Mato Grosso encontra-se disponível no “site” da SEFAZ: www.sefaz.mt.gov.br - Portal da Legislação SEFAZ.

Em caso de dúvidas ou para fins de esclarecimentos relativos aos procedimentos necessários para obtenção dos créditos decorrentes do **Convênio ICMS nº 73/04** o licitante deverá entrar em contato no Plantão Fiscal da SEFAZ pelo telefone (65) 3617-2700.

Validade da Proposta: _____

Local e Data: _____

(Nome e assinatura do representante legal e carimbo de CNPJ da empresa)

ANEXO II

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

(Papel timbrado da empresa)



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

À

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE MATO GROSSO - SEMA
REF: EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL
Nº. 008/2014/SEMA/MT - TIPO MENOR PREÇO NO LOTE ÚNICO.

Indicamos o (a) Sr. (a) _____, portador
(a) da cédula de identidade nº. _____, órgão expedidor
_____, como nosso (a) representante legal na Licitação em referência,
podendo rubricar a documentação de **HABILITAÇÃO** e das **PROPOSTAS**, dar lances,
manifestar, prestar todos os esclarecimentos à nossa Proposta, interpor recursos, desistir de
prazos e recursos, enfim, praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento do presente
Credenciamento.

Atenciosamente,

Local e data,

(nome e função na empresa)

***Reconhecer em Cartório**

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

Declaramos, para todos os efeitos legais, que atendemos plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital do Pregão Nº 008/2014/SEMA/MT, sob pena das sanções cabíveis. (No caso de microempresa e empresa de pequeno porte que, requereu o benefício nos termos da LC nº 123/2006, e que possua alguma restrição na documentação referente à regularidade fiscal, assinale a ressalva abaixo):

() Declaro possuir restrição, como ressalva na supracitada declaração.

Local e data

(Assinatura e identificação do responsável pela empresa)

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO

(Papel timbrado da empresa)



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

Ref.: Edital de Pregão Presencial N°. 008/2014 – SEMA/MT

(Nome da Empresa) _____, CNPJ N.º _____, sediada na Rua _____, n.º _____, bairro, _____, CEP _____ Município, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital de Pregão 008/2014/SEMA, DECLARA, sob as penas da lei, que:

- Não possui existência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, salvo se declarado;
- Não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigosos ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, art. 27, da Lei 8.666/93, com redação determinada pela Lei n.º 9.854/99;
- Não possui em seu quadro de pessoal servidor público do Poder Executivo Estadual exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art. 9º da Lei 8.666/93 e inciso X, da Lei Complementar n.º 04/90).

(Local e Data)

(Nome e assinatura do representante legal e carimbo de CNPJ da empresa)

ANEXO V

MODELO DE REQUERIMENTO DE BENEFÍCIO DE ME E EPP.

REQUERIMENTO DO BENEFÍCIO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO E DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (Lei Complementar nº 123/2006)



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

Solicitamos na condição de MICROEMPRESA/EMPRESA DE PEQUENO PORTE, que na participação no PREGÃO Nº 008/2014/SEMA/MT, seja dado o tratamento diferenciado concedido nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

Declaramos que não existe qualquer impedimento entre os previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

Como prova da referida condição, apresentamos o seguinte documento anexo (assinalar o documento que apresentou junto com o requerimento):

() Comprovante de opção pelo SIMPLES obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal (www.receita.fazenda.gov.br);

() CERTIDÃO emitida pela Junta Comercial, na forma do art. 8º da Instrução Normativa nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC;

() Declaração do último Imposto de Renda ou balanço patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

Local e Data

(Identificação e assinatura do Representante Legal)

ANEXO VI

**MODELO DE DECLARAÇÃO NEGATIVA DE INIDONEIDADE E AUSÊNCIA
DE FATO IMPEDITIVO PARA LICITAR COM O PODER PÚBLICO**



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

(Papel Timbrado da Empresa)

À
A/C

**Assunto: Declaração Negativa
de Inidoneidade e
Ausência de Fato
Impeditivo para
Licitar com o Poder
Público.**

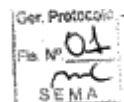
Declaro, sob as penas da lei, para os devidos fins, que a empresa _____ não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, e que comunicarei qualquer fato impeditivo ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação, que venha alterar a atual situação quanto a capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira, nos termos do parágrafo 2º do artigo 32 da Lei nº 8.666/93 alterado pela Lei nº 9.648/98.

(Data, Nome e assinatura do responsável legal pela empresa)

ANEXO VII



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA

1- TERMO DE REFERÊNCIA nº 05/2014

2- Unidade Orçamentária: 27101 2.1- Programa: 036 2.2- Unidade Gestora: 02 2.3- Região: 9900 2.4- Medida: 1 2.5- Tarefa: 1	3- Classificação da Despesa: (X) Materiais Permanentes () Materiais de Consumo ou Expediente () Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica () Serviços de Terceiro Pessoa Física	6- Unidade Fiscalizadora/ Fiscal do Contrato: Maurílio Carlos de Sá Costa. Substituto: Jorge Deloca Barros.
4- Área: Coordenadoria/Superintendência: Coordenadoria de Apoio Logístico	5- Unidade Solicitante/Recebedora: Gerência de Serviços Gerais	

7- Projeto/Atividade, Elemento de Despesa e Sub-Elemento, Valor.

Projeto/Atividade	Fonte	Elemento e Sub-Elemento de Despesas	Valor (R\$)
2005/9900	240	44905200	
Custo Total Estimado 2013			

8- Objeto Sintético:

Contratação de empresa especializada no fornecimento e instalação de aparelhos de ar condicionado tipo split de 18.000 e 60.000 Btu's.

9- Planilha Descritiva do Objeto

9.1 - Os campos abaixo serão preenchidos somente em caso de Prestação de Serviços:

9.2 - Os campos abaixo serão preenchidos somente em caso de materiais:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	CODIGO SIAG	LOCAL DE ENTREGA	QTDE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	PROJETO DE ATIVIDADE
01	CONDICIONADOR DE AR TIPO SPLIT, UNIDADE INTERNA HORIZONTAL, PISO/TETO/PISO OU HI WALL, FIXO EM PAREDE, COMPRESSOR ROTATIVO, CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO 18.000 BTU/H, BAIXO CONSUMO DE ENERGIA, TENSÃO DE 220 VOLTS, FUNÇÃO DE DESUMIDIFICAÇÃO, CONTROLE REMOTO, SISTEMA DE PURIFICAÇÃO DE AR, BAIXO NÍVEL DE RUÍDO, COM SELO PROCEL E INMETRO, GARANTIA MÍNIMA DE 01 (UM) ANO, COM MANUAL DE INSTRUÇÕES, ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA NO MÍNIMO EM CUIABÁ E/OU VÁRZEA GRANDE, INCLUSO INSTALAÇÃO E ENTREGA EM CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE/MT. UNIDADE.	100990 4	SEMA	17			2005
02	APARELHO CONDICIONADOR DE AR TIPO SPLIT CASSETTE DE EMBUTIR - COMPOSTO POR CONJUNTO CONDENSADOR E EVAPORADOR, COM CAPACIDADE DE 60.000 BTUS, COM ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA TRIFÁSICO, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: CONDENSADOR COM DESCARGA HORIZONTAL OU VERTICAL, COM COMPRESSOR DO TIPO SCROLL OU ROTATIVO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE REFRIGERAÇÃO DE 60.000 BTUS, COM CICLO REVERSO, COM GABINETE EM ABS OU CHAPA METÁLICA COM TRATAMENTO ANTIOXIDANTE E PINTURA EPOXI.	57597	SEMA	02			2005

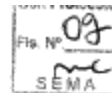
Rua C esquina com a Rua F, s/n - Palácio Paiaguás - Centro Político Administrativo.
Garantia de Processos e Aquisições - (SE) 3613.7300 - Fax (SE) 3613.7300 - Cuiabá MT



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA



EVAPORADOR DE FIXAÇÃO NO TETO DE EMBUTIR NO FORRO, COM ACABAMENTO NAS GRELHAS DE INSULFLAÇÃO E NO FILTRO, COM BOMBA ELÉTRICA DE LÍQUIDO CONDENSAO, COM "AIR WEEP", COM QUATRO SAÍDAS, COM CONTROLE REMOTO COM LCD SEM FIO QUE LIGUE E DESLIGUE O EQUIPAMENTO, AJUSTE A TEMPERATURA, A VELOCIDADE DO AR, A DIREÇÃO DE INSULFLAMENTO, O CICLO TÉRMICO E A FUNÇÃO DE "AIR SWEEP"; O CONJUNTO CONDENSADOR E EVAPORADOR DEVERÃO TER CAPACIDADE DE INSTALAÇÃO EM DESNÍVEL DE ATÉ 10 (DEZ) METROS DE ALTURA E DISTÂNCIAS DE INTERLIGAÇÃO ENTRE OS EQUIPAMENTOS DE ATÉ 30 (TRINTA) METROS. GARANTIA MÍNIMA DE 36 (TRINTA E SEIS) MESES PARA OS COMPRESSORES DOS EQUIPAMENTOS E DE 12 (DOZE) MESES PARA OS DE MAIS COMPONENTES. UNIDADE.							
VALOR TOTAL							

10- Especificações técnicas do bem e/ou descrição detalhada serviço:

1- CONDICIONADOR DE AR TIPO SPLIT, UNIDADE INTERNA HORIZONTAL, PISO TETO/TETO PISO OU HI WALL, FIXO EM PAREDE, COMPRESSOR ROTATIVO, CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO 18.000 BTU/H, BAIXO CONSUMO DE ENERGIA, TENSÃO DE 220 VOLTS, FUNÇÃO DE DESUMIDIFICAÇÃO, CONTROLE REMOTO, SISTEMA DE PURIFICAÇÃO DE AR, BAIXO NÍVEL DE RUÍDO, COM SELO PROCEL E INMETRO, GARANTIA MÍNIMA DE 01 (UM) ANO, COM MANUAL DE INSTRUÇÕES, ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA NO MÍNIMO EM CUIABÁ E/OU VÁRZEA GRANDE. INCLUSO INSTALAÇÃO E ENTREGA EM CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE/MT. UNIDADE.

2- APARELHO CONDICIONADOR DE AR TIPO SPLIT CASSETTE DE EMBUTIR - COMPOSTO POR CONJUNTO CONDENSADOR E EVAPORADOR, COM CAPACIDADE DE 60.000 BTUS, COM ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA TRIFÁSICO, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: CONDENSADOR COM DESCARGA HORIZONTAL OU VERTICAL, COM COMPRESSOR DO TIPO SCROLL OU ROTATIVO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE REFRIGERAÇÃO DE 60.000 BTUS, COM CICLO REVERSO, COM GABINETE EM ABS OU CHAPA METÁLICA COM TRATAMENTO ANTIOXIDANTE E PINTURA EPOXI; EVAPORADOR DE FIXAÇÃO NO TETO DE EMBUTIR NO FORRO, COM ACABAMENTO NAS GRELHAS DE INSULFLAÇÃO E NO FILTRO, COM BOMBA ELÉTRICA DE LÍQUIDO CONDENSAO, COM "AIR WEEP", COM QUATRO SAÍDAS, COM CONTROLE REMOTO COM LCD SEM FIO QUE LIGUE E DESLIGUE O EQUIPAMENTO, AJUSTE A TEMPERATURA, A VELOCIDADE DO AR, A DIREÇÃO DE INSULFLAMENTO, O CICLO TÉRMICO E A FUNÇÃO DE "AIR SWEEP"; O CONJUNTO CONDENSADOR E EVAPORADOR DEVERÃO TER CAPACIDADE DE INSTALAÇÃO EM DESNÍVEL DE ATÉ 10 (DEZ) METROS DE ALTURA E DISTÂNCIAS DE INTERLIGAÇÃO ENTRE OS EQUIPAMENTOS DE ATÉ 30 (TRINTA) METROS. GARANTIA MÍNIMA DE 36 (TRINTA E SEIS) MESES PARA OS COMPRESSORES DOS EQUIPAMENTOS E DE 12 (DOZE) MESES PARA OS DE MAIS COMPONENTES. UNIDADE.

10.1- Do Cadastro da Especificação:

Cadastrado na SAD

(X) sim. Código SIAG 1009904/57597.

11- Justificativa Técnica da aquisição:

Faz se necessário esta aquisição em virtude de não haver estoque do produto na SEMA-MT para a substituição de aparelhos que não estão funcionando por estarem em estado irreversível conforme vistoria e análise técnica feita por esta coordenadoria. Salientamos a importância dos condicionadores de ar para o bem estar e consequentemente melhor desempenho das funções dos servidores em uma região quente e seca como de Mato Grosso. Bem como a conservação e preservação de aparelhos e equipamentos eletrônicos da Secretaria e nosso laboratório de análises que necessita de um ambiente bem refrigerado em virtude das atividades ali desempenhadas pelos nossos técnicos. Ressaltando que nosso arquivo setorial necessita de uma climatização adequada para uma melhor conservação e preservação de nossos documentos ali arquivados.

12- Resultados Esperados Diretos e Indiretos:

Esta aquisição visa o não comprometimento de nossas atividades administrativas que se encontram em plena execução, bem como as que já se encontram planejadas para serem executadas no decorrer do exercício de 2014.

13 – Público/ Clientela Alvo:

Em atendimento a SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

Rua C esquina com a Rua F, s/n - Palácio Paiaguás - Centro Político Administrativo.
Gerência de Processos e Aquisições - (65) 3613-7350 - Fax: (65) 3613-7309 - Cuiabá-MT



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS



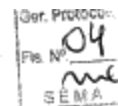
GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA

14- Data Estimada para entrega do bem e/ou realização do serviço:														
14.1- Tipo de Entrega (X) Imediata () Sob demanda () Mensal														
14.2- Periodicidade da entrega: A entrega dos produtos e as instalações dos mesmos ocorrerão em até 15 dias, a contar do recebimento da ordem de fornecimento. O contrato terá vigência por 06 (seis) meses.														
14.3- Previsão de desembolso financeiro: ÚNICO														
<table border="1"><thead><tr><th colspan="3">Previsão mensal de despesas e desembolso financeiro</th></tr><tr><th>Execução da despesa</th><th>Desembolso financeiro</th><th>Valor (R\$)</th></tr></thead><tbody><tr><td>Maio</td><td>Maio</td><td></td></tr><tr><td colspan="2"></td><td>TOTAL</td></tr></tbody></table>			Previsão mensal de despesas e desembolso financeiro			Execução da despesa	Desembolso financeiro	Valor (R\$)	Maio	Maio				TOTAL
Previsão mensal de despesas e desembolso financeiro														
Execução da despesa	Desembolso financeiro	Valor (R\$)												
Maio	Maio													
		TOTAL												
15- Endereço de Entrega/Realização do bem e/ou serviço: Gerência de Patrimônio/Coordenadoria de Apoio Logístico/Superintendência de Fiscalização Contatos: Maurílio Carlos de Sá Costa – 3613-7360 Jucinei Arruda da Cruz – 3613-7334														
16- Condições de Pagamento: O pagamento será efetuado após atesto da Nota Fiscal pela Gerência de Patrimônio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente.														
17- Requisitos para Apresentação da Proposta:														
17.1- Conhecimento Prévio Não se aplica														
17.2- Perfil do Profissional Não se aplica														
17.3- Perfil da Empresa A empresa deverá apresentar 01 (um) atestado de capacidade técnica, compatível ao objeto da licitação, podendo ser emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado (caso o atestado seja emitido por pessoa jurídica de direito privado, deverá obrigatoriamente ser apresentado com firma reconhecida em cartório);														
17.4- Plano de Trabalho/Projeto Básico Não se aplica														
17.4.1- Metodologia de acompanhamento Não se aplica														
17.4.1.1- Descrição de ferramentas/arquitetura/tecnologia a serem utilizadas (Em caso de investimento de TI) Não se aplica														
17.4.1.2- Critérios para controle dos serviços Não se aplica														
17.4.2- Descrição do Projeto Não se aplica														
17.4.3- Gerencia das atividades Não se aplica														
17.5- Responsabilidades das partes														
17.5.1- Da Contratante Conforme legislação vigente														
17.5.2- Da Contratada <ul style="list-style-type: none">Entregar os materiais e/ou produtos solicitados através de requisição ou da ordem de fornecimento, no prazo de até 15 (trinta) dias para a cidade de Cuiabá, a contar do recebimento da requisição ou da ordem de fornecimento, na Gerência de Serviços Gerais ou Gerência de Patrimônio – GSG, localizada na Rua C esquina com a Rua F – Centro Político Administrativo – Palácio Paiaguás – CEP 78050/970, acompanhado de Nota Fiscal com especificação e quantidade da ordem de fornecimento, na cidade de Cuiabá do Estado de Mato Grosso, na quantidade, endereço, dia e horário a serem estipulados e descritos na Ordem de Fornecimento, rigorosamente idêntica ao discriminado no edital;Zelar pela qualidade dos produtos entregues, conforme especificações contidas nos Campos 9 e 10 deste														

Rua C esquina com a Rua F, s/n - Palácio Paiaguás - Centro Político Administrativo.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA

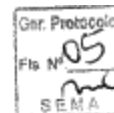
<p>Termo.</p> <ul style="list-style-type: none">• Substituir, às suas expensas, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);• Os serviços de instalação do objeto da licitação deverão ser prestados pela contratada, no local indicado pela contratante, através de recursos humanos e materiais, sem ônus para a SEMA.
<p>18- Das Garantias: A garantia mínima para os itens deste termo, não deverá ser inferior a 36 (trinta e seis) meses, contados do recebimento definitivo do produto, no local de entrega.</p>
<p>19 – Das Sanções Administrativas: Conforme legislação vigente (Artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 c/c Artigo 138 do Decreto 7.217/2006 e Artigos 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93).</p>
<p>20 – Legislação aplicada ao objeto/Parecer específico se houver:</p>
<p>21 – Considerações (se houver):</p>

Cuiabá, 23 de Janeiro de 2014.

[Assinatura manuscrita]



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA

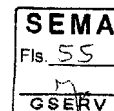
 Maurílio Carlos de Sá Costa Responsável pela elaboração do TR	 Maurílio Carlos de Sá Costa Responsável pela Especificação Técnica										
 Maurílio Carlos de Sá Costa Gerente de Serviços Gerais SEMA/MT.	 Coordenadoria/Superintendência										
Atestamos: <table border="1"><tr><td><input checked="" type="checkbox"/></td><td>Existência de Saldo Orçamentário no PTA/LOA</td></tr><tr><td><input type="checkbox"/></td><td>Inexistência de Saldo Orçamentário, mas possui suplementação</td></tr><tr><td><input type="checkbox"/></td><td>Não Possui Orçamentário</td></tr></table>	<input checked="" type="checkbox"/>	Existência de Saldo Orçamentário no PTA/LOA	<input type="checkbox"/>	Inexistência de Saldo Orçamentário, mas possui suplementação	<input type="checkbox"/>	Não Possui Orçamentário	Atestamos: <table border="1"><tr><td><input checked="" type="checkbox"/></td><td>Existência de Saldo Financeiro</td></tr><tr><td><input type="checkbox"/></td><td>Inexistência de Saldo Financeiro</td></tr></table>	<input checked="" type="checkbox"/>	Existência de Saldo Financeiro	<input type="checkbox"/>	Inexistência de Saldo Financeiro
<input checked="" type="checkbox"/>	Existência de Saldo Orçamentário no PTA/LOA										
<input type="checkbox"/>	Inexistência de Saldo Orçamentário, mas possui suplementação										
<input type="checkbox"/>	Não Possui Orçamentário										
<input checked="" type="checkbox"/>	Existência de Saldo Financeiro										
<input type="checkbox"/>	Inexistência de Saldo Financeiro										
 Maria Antonia Correa Agente de Desenvolvimento Técnico Especial CPLAN / SEMA / MT. Waneska Maria de A. S. Pereira Gerente de Execução Orçamentária SEMA Valério da Silva Coordenador de Planejamento SEMA/MT.	 Mariana Rosa Amorim Coordenadora Financeira Núcleo Ambiental SEMA / MT. Coordenadora Financeira										
<table border="1"><tr><td> Benedito Nery Guarini Strobel Secretário Adjunto Executivo do Núcleo Ambiental SEMA/MT.</td></tr><tr><td>Ordenador de Despesa</td></tr></table>		 Benedito Nery Guarini Strobel Secretário Adjunto Executivo do Núcleo Ambiental SEMA/MT.	Ordenador de Despesa								
 Benedito Nery Guarini Strobel Secretário Adjunto Executivo do Núcleo Ambiental SEMA/MT.											
Ordenador de Despesa											
<table border="1"><tr><td> Autorizo realizar os procedimentos legais para a aquisição de bens e/ou contratação dos serviços constantes neste TR.</td></tr><tr><td>Não autorizado</td></tr><tr><td>Aguarde</td></tr></table>		 Autorizo realizar os procedimentos legais para a aquisição de bens e/ou contratação dos serviços constantes neste TR.	Não autorizado	Aguarde							
 Autorizo realizar os procedimentos legais para a aquisição de bens e/ou contratação dos serviços constantes neste TR.											
Não autorizado											
Aguarde											
TR ELABORADO POR: Maurílio Carlos de Sá Costa UNIDADE: CAL RAMAL: 37360											



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA/MT
GERÊNCIA DE SERVIÇOS GERAIS



C.I. nº 245/GSERV/SEMA/2014

Cuiabá, 02 de julho de 2014.

Da: Gerência de Serviços Gerais
Para: Gerência de Formalização de Contratos

Senhor Gerente,

Encaminhamos o processo de nº 55936/2014, com as adequações necessárias para continuidade no processo de aquisição do objeto, conforme descrição abaixo:

Campo 14.2 fls. 03 onde se lê:

14.2- Periodicidade da entrega:

A entrega dos produtos e as instalações dos mesmos ocorrerão em até 15 dias, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

O contrato terá vigência por 06 (seis) meses.

Leia-se:

14.2- Periodicidade da entrega:

A entrega dos produtos e as instalações dos mesmos ocorrerão em até 15 dias, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

O contrato terá vigência por 12 (doze) meses.

Campo 17.5.2 fls. 03 onde se lê:

17.5.2- Da Contratada

- Entregar os materiais e/ou produtos solicitados através de requisição ou da ordem de fornecimento, no prazo de até 15 (trinta) dias para a cidade de Cuiabá, a contar do recebimento da requisição ou da ordem de fornecimento, na Gerência de Serviços Gerais ou Gerência de Patrimônio – GSG, localizada na Rua C esquina com a Rua F – Centro Político Administrativo – Palácio Paiaguás – CEP 78050/970, acompanhado de Nota Fiscal com especificação e quantidade da ordem de fornecimento, na cidade de Cuiabá do Estado de Mato Grosso, na quantidade, endereço, dia e horário a serem estipulados e descritos na Ordem de Fornecimento, rigorosamente idêntica ao discriminado no edital;

Leia-se:

17.5.2- Da Contratada

- Entregar os materiais e/ou produtos solicitados através de requisição ou da ordem de fornecimento, no prazo de até 15 (quinze) dias para a cidade de Cuiabá, a contar do recebimento da requisição ou da ordem de fornecimento, na Gerência de Serviços Gerais ou Gerência de Patrimônio – GSERV, localizada na Rua C esquina com a Rua F – Centro Político Administrativo – Palácio Paiaguás – CEP 78050/970, acompanhado de Nota Fiscal com especificação e quantidade da ordem de fornecimento, na cidade de Cuiabá do Estado de Mato Grosso, na quantidade, endereço, dia e horário a serem estipulados e descritos na Ordem de Fornecimento, rigorosamente idêntica ao discriminado no edital;

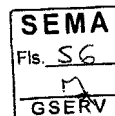
Endereço: Rua “C” esq. com a Rua “F”, s/nº - Palácio Paiaguás – Centro Político e Administrativo Cuiabá – MT – CEP: 78050-970 – Fones (Fax): 3613-7227/3613-7348

*Recebido em
21/7/14
Nádia Castro
Nádia Aparecida Correa Castro
Diretora de Desenvolvimento
Econômico e Social
SEMA /*

Endereço: Rua “C” esq. com a Rua “F”, s/nº - Palácio Paiaguás – Centro Político e Administrativo. 46
Cuiabá – MT – CEP: 78050-970 – Fones (Fax): 3613-7308/3613-7309



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA/MT
GERÊNCIA DE SERVIÇOS GERAIS

Campo 18 fls.04 onde se lê:

18- Das Garantias:

A garantia mínima para os itens deste termo, não deverá ser inferior a 36 (trinta e seis) meses, contados do recebimento definitivo do produto, no local de entrega.

Leia-se:

18- Das Garantias:

A garantia mínima para os itens deste termo, não deverá ser inferior a 36 (trinta e seis) meses para compressores dos equipamentos e de 12 (doze) meses para os demais componentes do aparelho condicionador de ar tipo split cassette de embutir de 60.000, btus e de 12 (doze) meses para condicionador de ar tipo split de 18.000 btu/h, contados do recebimento definitivo do produto, no local de entrega.

Atenciosamente.

Maurílio Carlos de Sá Costa
Gerente de Serviços Gerais
Gestão Sistemática
SEMA-MT

Endereço: Rua "C" esq. com a Rua "F", s/nº - Palácio Paiaguás – Centro Político e Administrativo Cuiabá – MT – CEP: 78050-970 – Fones (Fax): 3613-7227/3613-7348

Endereço: Rua "C" esq. com a Rua "F", s/nº - Palácio Paiaguás – Centro Político e Administrativo. 47
Cuiabá – MT – CEP: 78050-970 – Fones (Fax): 3613-7308/3613-7309



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

ANEXO VIII

MINUTA DE CONTRATO

***TERMO DE CONTRATO N.º ____/2014/SEMA QUE
ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA DE
ESTADO DO MEIO AMBIENTE E A EMPRESA***

O ESTADO DE MATO GROSSO, através da **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA**, inscrita no **CNPJ/MF sob o n.º 03.507.415/0023-50**, criada pela Lei Complementar nº. 214, de 23 de junho de 2005, com sede na Rua C, esquina com a Rua F, Palácio Paiaguás, Centro Político Administrativo - CPA, nesta Capital, neste ato representada pelo Secretário Adjunto de Gestão Sistêmica, Sr. **Benedito Nery Guarim Strobel**, brasileiro, casado, portador do RG nº. 349.280 - SSP/MT e do CPF nº. 298.940.931-91, residente a Rua Dom Antônio Malan, 756, Bairro Poção, CEP: 78.015-608, Cuiabá/MT, nomeado pelo Ato Governamental n.º 18.861/2014 de 26/02/14, doravante denominada apenas **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ _____, localizada na _____, CEP: _____, representada pela _____, portadora do RG _____ e do CPF _____, aqui denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, em conformidade com o Processo nº **55936/2014/SEMA, Pregão Presencial nº 008/SEMA/MT**, sujeitando-se aos termos das Leis n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei nº. 10.520/2002, Decreto Estadual nº 7.217/2006, bem como, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo de contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada no fornecimento e instalação de aparelhos de ar condicionado TIPO SPLIT DE 18.000 E 60.000 BTU'S, para atender a **CONTRATANTE**, conforme condições e especificações constantes no **Pregão Presencial n.º 008/2014 SEMA/MT**, e nas cláusulas deste instrumento.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E PREÇOS

2.1. Os preços para o objeto contratado são os constantes da proposta apresentada no **Pregão Presencial n.º 008/2014/SEMA/MT**, conforme discriminação abaixo:

LOTE ÚNICO

ITE M	DESCRIÇÃO	QT D	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	CONDICIONADOR DE AR TIPO SPLIT, UNIDADE INTERNA HORIZONTAL, PISO TETO/TETO PISO OU HI WALL, FIXO EM PAREDE, COMPRESSOR ROTATIVO, CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO 18.000 BTU/H, BAIXO CONSUMO DE ENERGIA, TENSÃO DE 220 VOLTS, FUNÇÃO DE DESUMIDIFICAÇÃO, CONTROLE REMOTO, SISTEMA DE PURIFICAÇÃO DE AR, BAIXO NÍVEL DE RUÍDO, COM SELO PROCEL E INMETRO, GARANTIA MÍNIMA DE 01 (UM) ANO, COM MANUAL DE INSTRUÇÕES, ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA NO MÍNIMO EM CUIABÁ E/OU VÁRZEA GRANDE. INCLUSO INSTALAÇÃO E ENTREGA EM CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE/MT. UNIDADE.	17		
02	APARELHO CONDICIONADOR DE AR TIPO SPLIT CASSETE DE EMBUTIR - COMPOSTO POR CONJUNTO CONDENSADOR E EVAPORADOR, COM CAPACIDADE DE 60.000 BTUS, COM ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA TRIFÁSICO, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: CONDENSADOR COM DESCARGA HORIZONTAL OU VERTICAL, COM COMPRESSOR DO TIPO SCROLL OU ROTATIVO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE REFRIGERAÇÃO DE 60.000 BTUS, COM CICLO REVERSO, COM GABINETE EM ABS OU CHAPA METÁLICA COM TRATAMENTO	02		



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

ANTIOXIDANTE E PINTURA EPÓXI; EVAPORADOR DE FIXAÇÃO NO TETO DE EMBUTIR NO FORRO, COM ACABAMENTO NAS GRELHAS DE INSULFLAÇÃO E NO FILTRO, COM BOMBA ELÉTRICA DE LÍQUIDO CONDENSADO, COM "AIR WEEP", COM QUATRO SAÍDAS, COM CONTROLE REMOTO COM LCD SEM FIO QUE LIGUE E DESLIGUE O EQUIPAMENTO, AJUSTE A TEMPERATURA, A VELOCIDADE DO AR, A DIREÇÃO DE INSULFLAMENTO, O CICLO TÉRMICO E A FUNÇÃO DE "AIR SWEEP"; O CONJUNTO CONDENSADOR E EVAPORADOR DEVERÃO TER CAPACIDADE DE INSTALAÇÃO EM DESNÍVEL DE ATÉ 10 (DEZ) METROS DE ALTURA E DISTÂNCIAS DE INTERLIGAÇÃO ENTRE OS EQUIPAMENTOS DE ATÉ 30 (TRINTA) METROS. GARANTIA MÍNIMA DE 36 (TRINTA E SEIS) MESES PARA OS COMPRESSORES DOS EQUIPAMENTOS E DE 12 (DOZE) MESES PARA OS DEMAIS COMPONENTES. UNIDADE.			
VALOR TOTAL			

2.2. A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, o valor total de **R\$** _____ (_____), a serem pagos após a entrega do objeto, mediante Ordem de Fornecimento emitida pela **GERÊNCIA DE SERVIÇOS GERAIS/COORDENADORIA DE APOIO LOGÍSTICO** da **CONTRATANTE**;

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

3.1. Os valores descritos na cláusula segunda poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

3.2. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

4. CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Cumprir fielmente o objeto do presente instrumento, mediante o fornecimento em conformidade com as especificações constantes do Anexo VII – Termo de Referência n.º 005/2014, do edital de **Pregão Presencial n.º 0__/2014**, da COORDENADORIA DE APOIO LOGÍSTICO da **CONTRATANTE**, dentro das condições propostas e consignadas no presente instrumento;

4.2. Comparecer no prazo de **03 (três) dias** para retirada da Nota de Empenho e assinatura do contrato, contados a partir do recebimento da convocação formal, conforme o caso;

4.3. Iniciar e executar o fornecimento contratado, imediatamente, até 15 (quinze) dias, sem atrasos, após o recebimento da Ordem de Fornecimento/Serviço emitida pelo setor demandante;

4.4. Assumir a responsabilidade pelo bom desempenho do serviço prestado, respeitando as normas de segurança, bem como toda legislação vigente;



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

4.5. Assegurar a **CONTRATANTE** o direito de fiscalizar, sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer serviço que não esteja de acordo com o contratado, as normas ou especificações que atentem contra a sua segurança ou de terceiros, ficando certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização da **CONTRATANTE** eximirá a **CONTRATADA** de suas responsabilidades provenientes do contrato;

4.6. Caso a **CONTRATADA** tenha que corrigir, desfazer ou refazer qualquer serviço não executado a contento, correrão por sua conta as necessárias despesas;

4.7. Responsabilizar-se pelos danos e prejuízos causados a **CONTRATANTE** ou a terceiros, ainda que culposos, por atos de negligência ou culpa de seus empregados ou prepostos, durante a execução do objeto contratado estipulados no contrato, eximindo a **CONTRATANTE** de qualquer responsabilidade e assegurando ainda, em qualquer caso, o exercício do direito de regresso, pela via administrativa, que após o devido processamento e garantido o direito de defesa, o prejuízo ensejará o desconto de valores devidos ou inscrição do débito em dívida ativa;

4.8. No caso de recusa ou demora por parte da **CONTRATADA** em atender a qualquer reclamação da **CONTRATANTE**, poderá esta confiar a outrem a execução do objeto reclamados, as expensas da **CONTRATADA**, cujas despesas serão descontadas de uma só vez, quando do pagamento subsequente, devido pela **CONTRATANTE**, não cabendo impugnação de seu valor e sem prejuízo das penalidades cabíveis;

4.9 Manter-se, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas e com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

4.10. Manter em dia as obrigações concernentes à Fazenda Pública Federal e Estadual, seguridade social e contribuição ao FGTS, durante toda a vigência deste contrato;

4.11. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela **CONTRATANTE**, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

4.12. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do serviço, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

4.13. Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE** qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

4.14. Fiscalizar e acompanhar a execução para o perfeito cumprimento do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes;

4.15. Comunicar a **CONTRATANTE** qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

4.16. Corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem erros ou vícios na execução, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com o objeto contratado;

4.17. Substituir, às suas expensas, no prazo de **30 (trinta) dias corridos**, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações no edital de **Pregão Presencial n.º 0__/2014**, conforme anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

4.18 Disponibilizar a **CONTRATANTE**, telefones, fax, e-mail, entre outros meios de contato para atender as requisições;

4.19. Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência do contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e atendendo às observações e exigências do setor competente pela fiscalização;

4.20. Assumir, com exclusividade, todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência dos fornecimentos, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, encargos



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado;

4.21. Aceitar, nas mesmas condições avençadas, os acréscimos ou supressões nos valores adstritos ao quantitativo adjudicado no edital de **Pregão Presencial n.º 0__/2014**, em até 25% (vinte e cinco por cento);

4.22. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos;

4.23. Assumir a responsabilidade e o ônus pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham a incidir sobre a execução do presente contrato e apresentar os respectivos comprovantes quando solicitados pela **CONTRATANTE**;

4.24. Comprovar, sempre que solicitado pela **CONTRATANTE**, a quitação das obrigações trabalhistas, tributárias e, mensalmente, o recolhimento das contribuições sociais (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Previdência Social) pertinentes aos seus empregados alocados no serviço decorrente da execução do objeto, como condição à percepção do valor faturado;

4.25. Responsabilizar-se integralmente pelo objeto fornecido, nos termos da legislação vigente;

4.26. Cumprir fielmente todos os termos do presente contrato, bem como do edital de **Pregão Presencial n.º 0__/2014**;

4.27. Retirar a nota de empenho da despesa correspondente aos fornecimentos realizados;

4.28. Responsabilizar integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento,



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente da **CONTRATANTE**.

4.29. Aplica-se ainda a **CONTRATADA**, por ocasião do serviço contratado, as disposições contidas na Lei n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor;

4.30. Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações, no Decreto Estadual nº. 7.217/2006 e toda legislação pertinente.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

5.1. O objeto será recebido e executado conforme Edital nº __2014, sendo prestados na sede da **CONTRATANTE**, localizada na Rua C esquina com a rua F – Centro Político Administrativo – Palácio Paiaguás, Cep: 78050-970, Cuiabá-MT;

5.1.1. O produto descrito no presente contrato será recebido:

c) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação do Edital;

d) Definitivamente, após a verificação dos termos, prazos, qualidade, quantidade e condições do material estabelecidas no Edital e consequente aceitação.

5.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas contratuais e as normas da Lei 8.666/93, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

5.3. Entregar e instalar os materiais e/ou produtos solicitados através de requisição ou Ordem de Fornecimento, no prazo de **até 15 (quinze) dias**, a contar do recebimento da requisição ou da ordem de fornecimento, na Gerência de Serviços Gerais / Gerência de Patrimônio da



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

CONTRATANTE, localizada na Rua C esquina com a rua F – Centro Político Administrativo – Palácio Paiaguás, Cep: 78050-970, Cuiabá-MT, acompanhado de nota fiscal com especificação e quantidade da ordem de fornecimento;

5.4. O objeto contratado será recusado e devolvido nas seguintes hipóteses:

- a) Apresente vícios de qualidade ou impropriedade;
- b) Nota fiscal com especificação e quantidade em desacordo com o contrato;
- c) Entregue em desacordo com as especificações exigidas.

5.5. Todos os itens deverão ser entregues embalados. A embalagem deverá proporcionar a proteção dos produtos durante o transporte e a estocagem, com a indicação do produto e demais informações necessárias a sua identificação e segurança;

5.6. Todos os itens entregues fora das condições estabelecidas no presente instrumento e outras dele decorrentes implicará a recusa sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte do inadimplente;

5.7. A garantia mínima não deverá ser inferior a 36 (trinta e seis) meses para os compressores dos equipamentos e de 12 (doze) meses para os demais componentes do aparelho condicionador de ar tipo SPLIT Cassete de embutir de 60.000 BTUS e de 12 (doze) meses para condicionador de ar tipo SPLIT de 18.000 BTU/H, contados a partir da data de seu recebimento definitivo;

5.8. Os locais de entrega serão realizados de acordo com a necessidade da **CONTRATANTE**, podendo ocorrer na sede ou nas demais unidades que o compõe, devendo ser acompanhados diretamente pela **GERÊNCIA DE SERVIÇOS GERAIS/GERENCIA DE PATRIMONIO** da **CONTRATANTE**;

5.9. Os equipamentos deverão ter a manutenção técnica decorrente de garantia, prestada pelo fabricante ou autorizada sem ônus para a **CONTRATANTE**. O atendimento às chamadas técnicas durante o período de garantia será de no máximo 24 (vinte e quatro) horas, admitindo-se um período máximo de 72 (setenta e duas) horas, após o atendimento,



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

para a solução do motivo causador da chamada. A **CONTRATADA** deverá informar obrigatoriamente a empresa responsável pela assistência técnica dos equipamentos com sede em Cuiabá ou Várzea Grande, endereço e telefones para contato;

5.10. A fiscalização exercida na entrega dos produtos não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA**, por quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência deste, não implica co-responsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA CONTRATUAL

6.1. Não há previsão de garantia para este contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Emitir a(s) ORDEM(NS) DE FORNECIMENTO(S), estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

7.2. Receber o objeto contratados, nos termos, prazos, qualidade e condições estabelecidas no contrato, na Proposta do fornecedor e no Termo de Referência nº 05/2014, elaborado pelo setor demandante;

7.3. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a **CONTRATADA**, após a aquisição do objeto requisitado;

7.4. Notificar, formal e tempestivamente, a **CONTRATADA** sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste contrato;



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

7.5. Fiscalizar o presente contrato por meio de servidor formalmente designado pela **CONTRATANTE**;

7.6. Acompanhar a execução dos fornecimentos, através da **GERÊNCIA DE SERVIÇOS GERAIS/GERENCIA DE PATRIMONIO** da **CONTRATANTE**, podendo intervir para fins de ajustes ou suspensão da entrega;

7.7. Proporcionar à **CONTRATADA** todas as facilidades e informações necessárias à boa execução do contrato, permitindo, inclusive, o acesso à **CONTRATADA** para o cumprimento de suas obrigações, caso necessário;

7.8. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o contrato;

7.9. Manifestar formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, nas notificações, aplicação de sanções, alterações e revisões do contrato;

7.10. Aplicar, quando for o caso, à **CONTRATADA**, as sanções regulamentares e contratuais;

7.11. Rejeitar o objeto contratado executado em desacordo com as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, exigindo sua imediata substituição, até 30 (trinta) dias corridos após a notificação formal, sob pena de aplicação das penalidades previstas em lei, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e aceitos pela **CONTRATANTE**;

7.12. O fiscal do contrato designado pela **CONTRATANTE** registrará em relatório as deficiências verificadas na execução do objeto contratado, encaminhando cópias à **CONTRATADA** para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no edital e contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

8.1. Serão pagos apenas os produtos efetivamente entregues, conforme subcláusula **2.2**, comprovados por meio de atesto do setor demandante, ao qual ocorrerá o pagamento por meio de Nota Bancária através do Banco do Brasil S/A, em nome do fornecedor, até o 20º (vigésimo) dia útil;

8.2. A **CONTRATADA** indicará no corpo da Nota Fiscal o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento;

8.3. O pagamento será efetuado após a Nota Fiscal estar devidamente atestada pelo responsável, devendo estar acompanhada dos Certificados de Regularidade Fiscal descritos nos Decretos Estaduais n.ºs. 7217/06, 8199/06 e 8426/06 e toda legislação pertinente, conforme o caso, obedecendo ainda os prazos estabelecidos na Instrução Normativa n.º 01/2007/SAGP/SEFAZ;

8.3.1. Caso constatada alguma irregularidade na nota fiscal/fatura, esta será devolvida a **CONTRATADA** para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;

8.3.2. Nenhum pagamento deverá ser efetuado à **CONTRATADA**, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

8.4. Junto com as Notas Fiscais a **CONTRATADA** deverá obrigatoriamente apresentar Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais, Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS, sem as quais fica impossibilitada a efetivação da liquidação do pagamento;

8.5. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da **CONTRATADA**;

8.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado;



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

8.7. As Notas Fiscais/Faturas devem ser emitidas em nome de **ESTADO DE MATO GROSSO**, com o **CNPJ nº. 03.507.415/0023-50** e com o seguinte endereço: Rua C esquina com a Rua F, Centro Político Administrativo e deverão ser entregues na **Gerência de Serviços Gerais** para serem devidamente atestadas;

8.8. O pagamento efetuado à **CONTRATADA** não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade e garantia;

8.9. A **CONTRATADA** deverá apresentar, junto com as Notas/Faturas, documentos que comprovem a quitação das obrigações trabalhistas e previdenciárias, sem os quais as Notas não serão atestadas;

8.10. Nenhum pagamento será efetuado a **CONTRATADA**, caso exista pendência quanto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, incluída a regularidade relativa à Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e à Justiça do Trabalho;

8.11. O descumprimento, pela **CONTRATADA**, do estabelecido no item acima não lhe gera direito a alteração de preços ou compensação financeira;

8.12. A **GERÊNCIA DE SERVIÇOS GERAIS/ GERENCIA DE PATRIMONIO da CONTRATANTE**, terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da apresentação da Nota Fiscal, para aceitá-la ou rejeitá-la;

8.13. Em cumprimento à normas e procedimentos previstos na IN-SRF n.º 480/04, a **CONTRATANTE** poderá reter o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ, assim como a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e a Contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos que efetuar à pessoa jurídica em virtude do fornecimento de bens, além do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, em razão do seu domicílio fiscal, conforme Lei Complementar do Município de Cuiabá nº 038/97, se for o caso, observados os procedimentos pertinentes, exceto



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

para as empresas optantes do “SIMPLES”, quando, por ocasião da apresentação da Nota Fiscal, comprovarem a referida opção mediante documento oficial fornecido pela Delegacia da Receita Federal, extraído do CNPJ;

8.14. As despesas decorrentes dos eventuais fornecimentos dos materiais, objeto desta contratação, correrão por conta das dotações orçamentárias da **CONTRATANTE**, nas classificações orçamentárias apropriadas, devidamente compromissadas, por meio de notas de empenho prévio;

8.15 A omissão de qualquer despesa necessária à entrega do objeto será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a **CONTRATADA** pleitear acréscimos após a prestação dos serviços;

8.16. Nenhum pagamento isentará a **CONTRATADA** das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento/serviço;

8.17. A **CONTRATANTE** não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de factoring”;

8.18.. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à **CONTRATADA**, ou inadimplência contratual;

8.19. A partir de 1º de dezembro de 2010, as operações de vendas destinadas à Órgão Público da Administração Federal, Estadual e Municipal, deverão ser acobertadas por Nota Fiscal Eletrônica, conforme Protocolo ICMS42/2009, recepcionado pelo Artigo 198-A-5-2 do RICMS. Informações através do site www.sefaz.mt.gov.br/nfe.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

9. CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. Os recursos para pagamento do referido objeto correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão/Unidade: 27101 - Secretaria de Estado do Meio Ambiente
Projeto/Atividade: 2005/9900
Natureza de Despesa: 4490 5200
Fonte: 240

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA

10.1. O presente contrato vigorará por **12 (doze)** meses a partir da publicação do respectivo extrato do contrato no Diário Oficial do Estado.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1. O inadimplemento das cláusulas estabelecidas neste contrato pela **CONTRATADA**, assegurará à **CONTRATANTE** o direito de rescindi-lo, no todo ou em parte, a qualquer tempo, mediante comunicação oficial de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência à outra parte, em consonância com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES

12.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos do edital e contrato sujeita a **CONTRATADA** a multas, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

12.1.1. Quanto à obrigação da retirada da Nota de Empenho no prazo estabelecido:

- a)** atraso até 05 (cinco) dias, multa de 2 % (dois por cento);
- b)** a partir do 6º (sexto) até o limite do 10º (décimo) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso.

12.1.2. Quanto ao atraso para assinatura do contrato e às obrigações de solução de quaisquer problemas com os itens adquiridos, e, quanto à aceitação de acréscimos e supressões no valor total da adjudicação:

- c)** atraso até 2 (dois) dias, multa de 2% (dois por cento);
- d)** a partir do 3º (terceiro) até o limite do 5º (quinto) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6º (sexto) dia de atraso.

12.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, a **CONTRATANTE** poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à **CONTRATADA** multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado;

12.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, se sujeita às seguintes penalidades:

- c)** **Multa** de até 10% sobre o valor adjudicado;
- d)** **Suspensão** temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, por prazo de até 5 (cinco) anos, e;



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

12.4. A licitante, adjudicatária ou CONTRATADA que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei;

12.5. A multa, eventualmente imposta à **CONTRATADA**, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber deste Órgão do Estado de Mato Grosso, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Estado, podendo, ainda a **CONTRATANTE** proceder a cobrança judicial da multa.

12.6. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a **CONTRATANTE**;

12.7. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO DIREITO DE PETIÇÃO

13.1. No tocante a recursos, representações e pedidos de reconsideração, deverá ser observado o disposto no art. 109 da Lei nº 8.666/93.

14. CLAUSULA DECIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

14.1. Será designado, pela **CONTRATANTE**, um servidor qualificado ou uma comissão para exercer a fiscalização do contrato, que terá, dentre outras, a incumbência de solicitar à **CONTRATADA** o afastamento ou a substituição de profissional que considere ineficiente, incompetente, inconveniente ou desrespeitoso com pessoas da **CONTRATANTE** ou terceiros ligados ao objeto;

PARÁGRAFO ÚNICO - O exercício da fiscalização pela **CONTRATANTE** não excluirá nem reduzirá as responsabilidades de competência da **CONTRATADA**.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Este contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas previstas na Lei nº 8.666/93, respondendo elas pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

15.2. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, que, a critério da **CONTRATANTE**, que se façam necessários, até o limite de 25% do valor global deste contrato;



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

15.2.1. As supressões poderão ultrapassar o limite acima estabelecido, havendo acordo entre as partes.

15.3. A **CONTRATANTE** poderá revogar este contrato, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

15.3.1. A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente, impedindo efeitos jurídicos que nele, ordinariamente, deverá produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido;

15.3.2. A nulidade não exonera a **CONTRATANTE** do dever de indenizar a **CONTRATADA** pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo a responsabilidade de quem lhe deu causa.

16. CLÁUSULA DECIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Fica eleito o foro da cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.

E, por se acharem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento na presença das testemunhas abaixo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos legais.

Cuiabá, __ de _____ de 2014.

Secretário Adjunto de Gestão Sistêmica



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

SEMA/MT

Representante da Contratada

TESTEMUNHAS:

CPF:

CPF: